



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023980562025815
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N º 90015/2026
MINUTA EDITAL nº 015/2026

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (926222)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de veículos modelo Caminhonete, Mini-Van, Furgão/Van de Passageiros e de Carga, sem condutor, com quilometragem livre, com seguro proteção total (veículo, terceiro(s), condutor e passageiro(s)) sem franquia, com manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia, funilaria e pintura, através do Sistema de Registro de Preço conforme especificações, condições e quantidades anexo I do edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.047.706,52 (dois milhões e quarenta e sete mil, setecentos e seis reais e cinquenta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 19/06/2026 ÀS 09H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR GRUPO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria nº 545/2024, publicada no Diário da Justiça de 20 de maio de 2024 e Portaria nº 389/2025, publicada no Diário da Justiça de 20 de fevereiro de 2025 e Portaria nº 1.602/2025, publicada no Diário da Justiça de 04 de setembro de 2025, torna-se público que o(a) O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, sediado no 2º andar, localizado na Rua Professora Batista Leite 151 - Róger - João Pessoa – PB, fone: (83)9-9400-8910/ 83-3219-9417 e-mail: prege@tjpb.jus.br, realizará licitação, para registro de preços na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de veículos modelo Caminhonete, Mini-Van, Furgão/Van de Passageiros e de Carga, sem condutor, com quilometragem livre, com seguro proteção total (veículo, terceiro(s), condutor e passageiro(s)) sem franquia, com manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia, funilaria e pintura, através do Sistema de Registro de Preço conforme especificações, condições e quantidades anexo I do edital.,

1.2. A licitação será realizada por GRUPO, conforme tabela constante no Termo de Referência e anexo.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *(item excluído)*

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1.aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2.autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3.empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4.pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5.aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6.empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7.pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8.agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9.*peessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11.** O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13.** A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3.** *(item excluído).*
- 4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. *(item excluído);*

- 4.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.13.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1.** *valor ANUAL de cada GRUPO.*
- 5.1.2.** *Marca;/ modelo*
- 5.1.3.** *Fabricante;*
- 5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1.** O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo .

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Controle Externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **10,00 (Dez reais)**.
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: aberto
- 6.11.** O modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** (Item excluído)
- 6.13.** (Item excluído)
- 6.14.** (Item excluído)
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2.** empresas brasileiras;
- 6.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1.** *(Item excluído)*
- 6.22.2.** *(Item excluído)*

- 6.22.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.6.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.7.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1.** SICAF;
- 7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4.** (Item excluído)
- 7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item 4.6 deste edital.
- 7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. (Item excluído)

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. (Item excluído).

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta de preço o Pregoeiro deverá assegurar a licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022

7.12. (Item excluído)

7.13. (Item excluído)

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita (parecer) do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

- 7.21. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. (Item excluído).
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer digitalização, ou ainda, quando a lei expressamente o exigir ressalvado a possibilidade de se realizar diligências em dúvida da autenticidade do algum documento não original.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. (Item excluído).
- 8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(DUAS) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15 Excluído)

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16.1 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

8.16.1.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.16.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16.1.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

8.16.1.4 suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16.1.5 A apresentação de documentos de que trata o subitem 8.13.1 será realizada em observância ao disposto no subitem 8.16.2 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16.2 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.16.1, o Pregoeiro, a título de diligência,

poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.16.2.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail prege@tjpb.jus.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

8.16.2.2. A apresentação de documentos de que trata o subitem 8.16.2 será realizada em observância ao disposto no subitem 8.16.2.1 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16.2.3. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.16.2.4 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

8.16.2.5 Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 8.16.1 e 8.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015)

8.20 (Excluído)

8.21(Excluído)

8.22 Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b). Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d). Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e). Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f). Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g). Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h). Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.22.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.23. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

a). Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e). Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

8.23.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23.2 . O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

8.24. Habilitação econômica financeira.

a) Certidão negativa de falência(PJE) ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de empresas em

recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

8.25 Habilitação técnica:

8.25.1 Conforme item 8.5 e seus subitens do Termo de referência anexo deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.8.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:..

9.8.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.8.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

9.8.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.8.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.8.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.8.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.8.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.8.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.8.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.8.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.8.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

10.11. Da Preclusão do recurso:

a) A falta de manifestação imediata da intenção de recorrer no campo próprio do sistema, bem como intenção manifestada do campo sem a apresentação das razões no prazo estabelecido recurso e não apresentar as razões de recurso dentro do prazo estabelecido, importarão na preclusão do direito de recorrer administrativamente.

b) A dissonância entre a intenção manifestada em determinada fase e o conteúdo das razões que versem sobre outra fase ensejará o não conhecimento do recurso quanto aos pontos estranhos à fase da manifestação inicial. A preclusão opera-se de forma consumativa por fase: o licitante que não recorrer contra decisões da fase de julgamento de propostas não poderá fazê-lo posteriormente, na fase de habilitação, sobre temas afetos à etapa anterior, valendo o mesmo para a situação inversa.

10.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no SEI
023980562025815

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (**dez**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 1% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ou pelo seguinte e-mail: prege@tjpb.jus.br ou preferencialmente whatsapp institucional ; (83) 9-9400-8910.
- 12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, bem como especificações no cadastro do sistema compras.gov, prevalecerá o Termo de referência deste Edital.
- 13.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpb.jus.br/transparencia/licitacoes/consulta?modalidade=pregao-eletronico..>
- 13.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1.** ANEXO I do Edital – Termo de Referência
 - 13.11.2.** ANEXO II do Edital – Ata de Registro de Preços
 - 13.11.3.** ANEXO III do Edital – Minuta de Contrato
 - 13.11.4.** ANEXO IV do edital – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

João Pessoa, 02 de junho de 2026.

Disponibilizado por:

DIANA COELI DE ARAÚJO VITAL

Pregoeira TJ-PB

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	4/2026	926222-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA	Editado por	HUGO MARACAJA VAZ DE LIMA	Atualizado em	01/06/2026 11:09 (v 0.9)
Status	ASSINADO					

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis	45/2026	023980-56.2025.8.15

1. Definição do objeto

1.1. Formalização de **Ata de Registro de Preço** para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de **veículos modelo Caminhonete, Mini-Van, Furgão/Van de Passageiros e de Carga, sem condutor**, com quilometragem livre, com seguro proteção total (veículo, terceiro(s), condutor e passageiro(s)) sem franquia, com manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia, funilaria e pintura, através do Sistema de Registro de Preço, conforme especificações, condições e quantidades definidas a seguir:

1.1.1. Tabela do grupo 01:

Grupo 01 - Caminhonete e Mini-Van							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR MENSAL (TOTAL)	VALOR TOTAL (ANUAL)
01	Veículo Caminhoente	4014	Unidades	05	R\$ 12.735,04	R\$ 63.675,20	R\$ 764.102,40
02	Veículo Mini-Van	4014	Unidades	05	R\$ 5.641,74	R\$ 28.208,70	R\$ 338.504,40
Total do Grupo 01							R\$ 1.102.606,80

1.1.2. Tabela do grupo 02:

Grupo 02 - Furgão/Van							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR MENSAL (TOTAL)	VALOR TOTAL (ANUAL)
03	Veículo Furgão/Van de 15 ou mais passageiros	4014	Unidades	02	R\$ 12.292,50	R\$ 24.585,00	R\$ 295.020,00
04	Veículo Furgão/Van para 10 passageiros	4014	Unidades	02	R\$ 10.786,47	R\$ 21.572,94	R\$ 258.875,28
05	Veículo Furgão/Van de Carga	4014	Unidades	03	R\$ 10.866,79	R\$ 32.600,37	R\$ 391.204,44
Total do Grupo 02							R\$ 945.099,72

1.1.3. A relação de itens, indicando suas especificações mínimas constam neste Termo de Referência;

1.1.4. Os licitantes devem observar como limite em suas propostas os valores máximos estimados por item.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por atenderem estritamente às necessidades técnicas e funcionais da Administração, sem elementos supérfluos ou valores incompatíveis com a finalidade pública a que se destinam, conforme disposto na Resolução TJPB nº 13/2023.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços de é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período.

1.4. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste procedimento licitatório.

1.5. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

1.6. Sendo formalizado o contrato, o prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da data da assinatura do contrato, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.7. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Considerando a necessidade de disponibilização de veículos de modelos diversificados, a fim de assegurar atendimento adequado às demandas de transporte oriundas dos diversos setores do Tribunal de Justiça da Paraíba.

2.2. A contratação faz-se necessária diante da necessidade de veículos para atender as demandas de viagens e deslocamento diário de desembargadores, magistrados e servidores para exercerem atividades inerentes às atividades-fim e atividades-meio, assim como no transporte de materiais, de forma ininterrupta e com maior eficiência e economia, buscando uma melhoria na gestão e prevenindo riscos e prejuízos à Administração Pública.

2.3. A contratação terá como objetivo a formalização de ata de registro de preço para locação mensal de 17 veículos, havendo a **necessidade imediata na locação** de 1 (um) veículo modelo caminhonete para ficar a disposição do gabinete do desembargador Frederico Coutinho; 1 (um) veículo modelo caminhonete para realizar a escolta do veículo da Presidência; 1 (um) veículo de modelo caminhonete para ficar a disposição da Gerência de Segurança Institucional; 1 (um) veículo modelo Furgão/Van para 15 passageiros; 2 (dois) veículos modelo Furgão/Van para 10 passageiros; 1 (um) veículo modelo Furgão/Van de carga.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 09283185000163-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/12/2025

III) Id do item no PCA: 64

IV) Classe/Grupo: 731 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL VEÍCULOS A MOTOR, FERROVIÁRIOEMBARCAÇÕES, AERONAVES, DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE, S/OPER

V) Identificador da Futura Contratação: 926222-45/2026

3. Descrição da solução

3.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de **veículos modelo Caminhonete, Mini-Van e Furgão/Van de Passageiros e Carga**, sem condutor, com quilometragem livre, com seguro proteção total (veículo, terceiro(s), condutor e passageiro(s)) sem franquias, veículo reserva e com manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia, funilaria e pintura, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

3.2. Estima-se que os veículos modelo **Caminhonete e Mini-Van**, irão percorrer, em média, 30.000km por ano. E os veículos modelo **Furgão/Van de Passageiros e Carga** irão percorrer, em média, 20.000km por ano.

3.2.1 A CONTRATADA deve cumprir as orientações dos fabricantes dos veículos quanto às revisões, manutenções preventivas e/ou corretivas, conforme estabelece o manual do proprietário do veículo e mantendo a originalidade do veículo, responsabilizando-se pelas despesas inerentes;

3.2.2. A CONTRATADA deve efetuar o conserto e a substituição dos pneus conforme o nível de desgaste observado, cumprindo as recomendações do manual do proprietário, bem como realizar o alinhamento, balanceamento e rodízio dos pneus a cada 10.000 quilômetros rodados;

3.2.3. A CONTRATADA deve providenciar a substituição do veículo no mesmo prazo disposto no item 3.8, quando o período para a realização de manutenção for superior a 04 (quatro) horas;

3.3. Os veículos pertencentes ao mesmo item deverão ser da mesma marca/modelo, série, cor e possuir os mesmos equipamentos instalados de fábrica.

3.3.1 Os veículos deverão ser licenciados obrigatoriamente junto ao Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (**DETRAN-PB**).

3.4. A CONTRATADA arcará com as despesas relativas ao emplacamento, licenciamento, vistorias, entre outros, dos veículos durante o período de locação e deverá manter atualizada a respectiva documentação (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos), devendo o documento de porte obrigatório ser encaminhado para o CONTRATANTE dentro dos prazos legalmente estabelecidos, quando da sua primeira emissão ou durante a troca de exercício.

3.5. Quando da cotação dos veículos pela empresa, a mesma deverá apresentar folder, prospecto ou documento similar oficial fornecido pela fabricante, de forma que nesse documento estejam todas as especificações e indicação do modelo/versão do veículo cotado.

3.5.1. No caso da alteração na marca e/ou modelo do veículo a ser entregue, seja na primeira entrega ou na renovação da frota, os mesmos deverão ter no mínimo as mesmas características/especificações e opcionais do veículo constante da proposta apresentada no procedimento licitatório.

Sistema de Rastreamento e Telemetria

3.6. Os veículos deverão ser equipados com sistema de rastreamento e posicionamento por tecnologia GPS e telemetria. A CONTRATANTE disponibilizará de acesso ao sistema informatizado para verificação dos dados de localização e acompanhamento de trajeto em tempo real; gerenciamento e emissão de relatórios com histórico de navegação e posicionamento; relatórios de telemetria com informações como: tempo de inatividade com motor ligado; aceleração e freada brusca; excesso de velocidade; uso fora do horário permitido; entre outros.

Seguro Automotivo

3.7. A CONTRATADA deverá contratar apólice de seguro junto ao mercado para manter seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros), sem franquia para o CONTRATANTE, com cobertura para acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio e contra terceiros, devendo ainda contemplar vidros, assistência 24 horas, reboque e táxi, e ainda cobertura para danos pessoais e materiais, durante o prazo de vigência do contrato, nas seguintes condições mínimas:

- **Danos materiais:** total segurado, mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- **Danos corporais:** total segurado, por pessoa, mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- **Acidente pessoal de passageiro:**
 - Morte: total segurado, por pessoa, mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
 - Invalidez permanente: total segurado, por pessoa, mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

3.7.1. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidente e informar imediatamente ao CONTRATANTE.

3.7.2. Manter serviços de Assistência de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, detalhando sua rede de atendimento, incluído reboque, táxi ou carro reserva para transporte de passageiros.

Veículo reserva

3.8. A CONTRATADA deverá efetuar a reposição por veículos reservas, de igual nível ou superior, dentro das mesmas especificações contratadas, equipados com película fumê, nos casos em que o veículo locado não apresente condições de tráfego, seja por avarias de qualquer natureza ou por necessidade de reparos, realizações de vistorias, emplacamentos, dentre outros.

1. Os veículos modelo Caminhonete deverão ter sua reposição imediata;
2. Os veículos modelo mini-van para 6 passageiros e Furgão/Van deverão ter sua reposição no prazo máximo de 03 (três) horas;
3. Em no máximo 04 (quatro) horas, no interior do estado, para veículo alocado nesta localidade ou veículo de João Pessoa em viagem.

3.8.1. Os veículos poderão ser temporariamente substituídos por veículos reservas de igual nível ou superior nas cores prata, cinza escuro, azul escuro. Caso o período de substituição seja superior a 2 (dois) dias úteis, o veículo reserva deverá ser substituído por um veículo nas cores contratadas.

3.8.2. O socorro mecânico (reboque/guincho) deverá ser providenciado pela CONTRATADA em até 120 (cento e vinte) minutos após a solicitação, operando de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

3.8.3. Disponibilizar central de atendimento ininterrupto (24 horas) ao CONTRATANTE, por meio de ligação gratuita para atendimento ao órgão, usuários e condutores;

3.8.3.1 A Contratada deve divulgar ao Contratante e ao usuário, os canais de contato para acionamento do serviço, em qualquer dia da semana ou horário;

3.8.3.2. Deve constar em local adequado na cabine do veículo, adesivo com a identificação da empresa CONTRATADA, contendo os dados para contato em caso de pane;

3.9. Para a prestação dos serviços de locação mensal, a CONTRATADA deverá comprovar, na entrega dos bens, ser possuidora de uma frota reserva de pelo menos 10% (dez por cento) do quantitativo de veículo do item contratado, de igual nível ou superior, dentro das especificações contidas neste TR, com documentação e manutenção em dia, que poderão ser utilizados como veículo reserva. No caso do quantitativo do item locado ser inferior a 10 (dez)

unidades, a CONTRATADA deverá comprovar, na entrega dos bens, ser possuidora de pelo menos 1 (um) veículo de igual nível ou superior, dentro das especificações. **A comprovação da frota reserva não limita a CONTRATANTE na utilização do quantitativo mínimo da frota reserva, devendo a CONTRATADA atender todas as substituições necessárias.**

Renovação da frota

3.10. A CONTRATADA deverá realizar a renovação da frota condicionada a aprovação da administração e apresentação de cronograma de renovação, com indicação do modelo do veículo e previsão do período de substituição, o qual deverá ser encaminhado com 60 dias de antecedência em relação ao prazo de renovação.

1. Os veículos modelo Caminhonete, Mini-van para 6 passageiros terão sua frota renovada a cada **24 meses** de uso do veículo.
2. Os veículos modelo Furgão/Van para 15 ou mais passageiros, Furgão/Van de 10 passageiro e Furgão/Van de Carga terão sua frota renovada a cada **36 meses** de uso do veículo.

3.10.1. Os veículos de mesmo item deverão ter a frota renovada simultaneamente, considerando o período de renovação do veículo mais antigo.

3.10.2. Na renovação da frota, não será necessária a renovação de veículos adicionados por aditivos de acréscimo ao contrato se o período de uso for inferior a 6 meses, os mesmo só serão renovados no novo período de renovação da frota.

Controle de multas

3.11. É de responsabilidade da CONTRATADA realizar o recebimento das notificações de infração de trânsito e encaminhar a contratante com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes do fim do prazo para a apresentação de recurso ou indicação do motorista infrator.

3.11.1. O CONTRATANTE deverá encaminhar dentro do prazo a notificação devidamente preenchida e com toda a documentação necessária para a indicação do motorista infrator ou documentação informando a apresentação de recurso ao órgão expedidor.

3.11.2. É de responsabilidade da CONTRATADA encaminhar para o órgão expedidor da infração a notificação preenchida com a indicação do motorista infrator, assim como, acompanhar e encaminhar para o CONTRATANTE o boleto para pagamento da multa com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes do fim do prazo de pagamento.

3.11.3. A contratada poderá efetuar o pagamento do boleto referente a infração e solicitar o reembolso do mesmo através da modalidade de depósito identificado em conta de titularidade da mesma, desde que o valor do reembolso seja referente ao pagamento considerando-se o desconto para pagamentos antes do vencimento.

Adesivos

3.12. A CONTRATADA deverá entregar os veículos adesivados de acordo com o modelo e padrão fornecido pelo Órgão, após a assinatura do contrato.

1. Os veículos modelo mini-van para 6 passageiros terão adesivo nas portas laterais dianteiras;
2. Os veículos modelo Furgão/Van para 15 ou mais passageiros, Furgão/Van para 10 passageiro, Furgão/Van de Carga terão adesivos nas portas laterais dianteiras e em uma das portas traseiras.

3.12.1 Os veículos modelo Caminhonete serão entregues sem a aplicação de adesivados por se tratarem de veículos de representação. Contudo a CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA realizar a aplicação de adesivos caso haja necessidade.

Recebimento do Objeto

3.13. O prazo de entrega dos veículos modelos Caminhonete, Mini-van, Furgão/Van de passageiros ou de carga será de **30 (trinta)** dias corridos contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado por mais **30 (trinta)** dias corridos mediante justificativa formal da contratada e aprovação da justificativa pela equipe de Fiscalização do Contrato.

3.14. A critério da CONTRATANTE, durante o interstício para a primeira entrega dos veículos contratos, a CONTRATADA poderá fornecer temporariamente veículos com até 2 (dois) anos de uso ou 30.000 km rodados, de igual nível ou superior, dentro das mesmas especificações contratadas.

3.15. A entrega dos veículos poderá ocorrer de forma parcelada, de acordo com as necessidades deste Poder, observando as especificações técnicas exigidas no presente Termo de Referência.

3.16. Os veículos, descritos no item **3.1**, deverão ser entregues com o documento de licenciamento dos mesmos junto ao órgão de trânsito competente (**DETRAN-PB**), e em conformidade com o modelo requerido. Será analisada a conformidade dos adesivos de acordo com o padrão informado pelo órgão, assim como o perfeito funcionamento do sistema de rastreamento e telemetria.

3.17. Os veículos locados entregues deverão estar com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.

3.18. O CONTRATANTE não receberá veículos com avarias ou descuidos, tais como: estofamento sujo, manchado ou rasgado, peças mal fixadas, lataria riscada ou amassada, revestimentos sujos, danificados ou manchados, mau cheiro, entre outros que comprometam a aparência, a conservação e o conforto exigíveis deste padrão de veículo.

3.19. A CONTRATADA arcará com todas as despesas relativas à entrega dos bens, inclusive as relativas ao seu transporte

3.20. Na hipótese de a CONTRATADA disponibilizar veículo com característica superior ou de capacidade e/ou valor superior ao solicitado, caberá ao Gestor do Contrato aceitar ou não a substituição do veículo, sendo que, neste caso, será pago com o valor correspondente ao do veículo previsto em Contrato

3.21. As chaves reservas e o manual dos veículos deverão ser entregues ao CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA opte pela não disponibilização das chaves reservas, a mesma se responsabilizará pela abertura do veículo nos casos de urgência de perda ou indisponibilidade temporária da 1ª via da chave, realizando o serviço sem ônus ao CONTRATANTE.

3.22. A entrega dos veículos deverá ser realizada na Gerência de Apoio Operacional, localizada na Praça João Pessoa, s/n, Centro - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB), em dia de expediente, de segunda a quinta no horário das 08h00 às 17h00 e nas sextas das 07h00 às 14h00.

3.23. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela licitante vencedora.

3.24. Durante o prazo de recebimento provisório, será realizada a inspeção dos veículos quanto à adequação técnica, regularidade documental e funcionamento dos sistemas embarcados, especialmente o rastreamento e a telemetria.

3.25. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.26. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, desde que comprovado o pleno atendimento às condições contratuais, especificações técnicas e ausência de pendências documentais ou funcionais.

3.27. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ocultos, falhas técnicas ou descumprimento de quaisquer obrigações contratuais, ficando assegurada a aplicação de penalidades, se necessário.

3.28. Para fins de medição e pagamento, o recebimento provisório e definitivo serão anotados no Sistema Gestor de Contratos – SGC, devendo ser observados os prazos regulamentares e as condições estipuladas neste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos neste termo, devem ser atendidos os requisitos previstos no Plano de Logística Sustentável - PLS/PJPB 2024-2026 e na Resolução Nº 400 de 16/06/2021 do CNJ.

4.2. A empresa contratada deve obedecer ao GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 6ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada da Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS;

4.3. A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas, bem como todos os relatórios produzidos, deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel.

4.4. Desta forma, constituem diretrizes de sustentabilidade para o objeto da contratação, entre outras:

- a) O uso de automóveis, equipamentos e acessórios com menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) O uso de automóveis, equipamentos e acessórios com maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;
- d) O uso dos veículos pelo período de 24 (vinte e quatro) ou 36 (trinta e seis) meses, visando o melhor aproveitamento dos equipamentos utilizados;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
- f) Para os veículos leves só será admitido oferta de veículos que também utilize o combustível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;
- g) Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.”;

h) Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes conforme a legislação atual vigente.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Reajuste

4.6. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.6.1. A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

Garantia da contratação:

4.7. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, através do Sistema Gestor de Contratos – SGC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Requisitos gerais

4.8. Indicar 01 (um) representante legal/preposto, dedicado ao relacionamento com a CONTRATANTE, que deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessária, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com os serviços contratados, verificar o bom andamento dos mesmos, zelar pela disciplina do pessoal executante e pelo seu aprimoramento.

4.9. A CONTRATADA deverá manter, na Grande João Pessoa-PB, durante a vigência do contrato, estabelecimento que possibilite a realização da substituição dos veículos locados, modelos descritos no item **3.1**, por veículos reservas quando necessário, de acordo com situações previstas neste Termo,

4.9.1. Esta exigência visa garantir a economicidade de recursos quanto manter um tempo de deslocamento razoável para a solução de eventuais demandas que necessitem a substituição dos veículos sem onerar demasiadamente a administração pública.

4.10. Fica a critério da CONTRATADA a indicação de estabelecimentos para a realização de manutenções preventivas, corretivas, serviços de funilaria, pintura e borracharia, dos veículos descritos no item **3.1**, desde que o mesmo esteja dentro de um raio de 10km da sede do TJPB ou, quando solicitado pelo CONTRATANTE, na cidade de Campina Grande - PB.

4.11. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da data de convocação, que será encaminhada através de e-mail enviado pelo sistema SGC ou outro que o substitua, para realizar a assinatura da Ata de Registro de Preço e do Contrato.

5. Modelo de execução do objeto

5.4. A execução do objeto será orientada pela disponibilização contínua e regular dos veículos locados, observando rigorosamente as condições técnicas, documentais e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a garantir a eficiência, a segurança e a qualidade dos serviços durante toda a vigência contratual.

5.2. As ordens de fornecimento serão anexadas no SGC - Contratos pelo fiscal técnico do contrato, informando os itens a serem fornecidos, quantidade, e número da nota de empenho.

5.3. O contrato terá início com a emissão da primeira Ordem de Fornecimento, a partir da qual a CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos contratados nos prazos estabelecidos nos **itens 3.13** deste Termo de Referência.

5.5. Durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá manter a regularidade na prestação dos serviços, providenciando a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, a atualização dos documentos obrigatórios, a reposição imediata de unidades indisponíveis e a renovação periódica da frota, conforme cronograma previamente aprovado pela Administração.

5.6. A renovação da frota deverá ser realizada nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, mediante apresentação de cronograma com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, garantindo que os veículos substituídos atendam, no mínimo, às mesmas especificações técnicas e de desempenho exigidas na contratação.

5.7. A fiscalização da execução contratual será exercida de forma contínua e sistemática, abrangendo a verificação do atendimento às condições técnicas dos veículos, o acompanhamento da prestação dos serviços de manutenção, a análise da documentação apresentada e o monitoramento dos dados de rastreamento e telemetria.

5.8. A avaliação do desempenho da CONTRATADA poderá considerar, de forma orientativa, aspectos como a disponibilidade dos veículos conforme o pactuado; o cumprimento dos prazos de entrega, manutenção e renovação da frota; a regularidade na apresentação da documentação obrigatória; a qualidade do serviço de suporte técnico e de assistência emergencial; e a conformidade dos dados de rastreamento e telemetria fornecidos.

5.9. Ao término da vigência do contrato ou em caso de sua rescisão, a Administração realizará a devolução dos veículos locados à CONTRATADA, cabendo à CONTRATADA receber os bens, verificar seu estado, providenciar eventuais regularizações necessárias e quitar encargos que sejam de sua responsabilidade, tais como seguros, licenciamento, multas e demais obrigações previstas no contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

a) Gestão do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, emissão de termo de atesto e liberação de pagamento, dentre outros;

b) Fiscalização Técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato ou documento equivalente (Termo de Referência, Projeto Básico, Carta-Contrato, Ordem de Serviço e/ou Fornecimento), para efeito de pagamento; conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pelo Gestor do Contrato;

c) Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

d) Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

6.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo ser exercidas por agentes públicos e equipe de fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

6.3. Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual de Gestão de Contratos e Processamento da Despesa deste Tribunal, para a execução das atividades de gestão e fiscalização dos contratos.

6.4. Na hipótese da contratação de terceiros, para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato será observado o seguinte:

a) A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

b) A contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

6.5. O recebimento provisório e definitivo ficará a cargo do fiscal técnico, setorial e/ou comissão designada pela autoridade competente, respeitadas as devidas atribuições.

6.6. O gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e setorial poderão solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico e de controle interno do TJPB vinculados ao órgão ou a entidade promotora da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.8. As comunicações entre a equipe de gestão e fiscalização do contrato e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, através do uso do Sistema Gestor de Contratos do TJPB.

6.9. A equipe de gestão e fiscalização do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos.

6.11.1. A equipe de gestão e fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11.2. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram o edital.

7.1.2. O recebimento provisório será formalizado mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório, elaborado e assinado pela unidade responsável pela fiscalização do contrato.

7.1.3. Constatada a conformidade do objeto, será realizado o recebimento definitivo no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, também formalizado e assinado pela fiscalização, nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.4. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade por vícios ocultos ou defeitos detectados posteriormente, nem a dispensa da obrigação de reparar danos decorrentes da execução inadequada do objeto, cabendo-lhe adotar, às suas expensas, todas as providências corretivas necessárias.

7.1.5. Durante o período de fiscalização, poderão ser exigidas substituições de bens ou a realização de ajustes técnicos no objeto entregue, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento das especificações contratuais.

7.1.6. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no artigo 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão da Nota Fiscal correspondente à parcela incontestada da execução, para fins de liquidação e pagamento.

7.1.8. O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para efeito do prazo de recebimento definitivo.

7.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou material, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da contratação.

7.2. Liquidação e Pagamento:

7.2.1. As condições de pagamento serão aquelas previstas no contrato.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

8.2. O critério de julgamento e adjudicação será o de MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO e o de adjudicação será POR GRUPO.

8.3. O procedimento para a contratação pretendida neste instrumento será regido pelo Sistema de Registro de Preços.

8.4. Regime de execução:

8.4.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

8.5. Exigências de habilitação

8.5.1. Será exigido da empresa participante que apresente comprovação de que pertence ao ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, através do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou CNAE (principal e secundário).

8.5.2. Os requisitos a serem exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista serão definidos no edital do procedimento licitatório.

8.5.3. A título de qualificação técnica, deverão ser apresentados Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução da prestação dos serviços de locação de veículos, por um período não inferior a 12 (doze) meses, sendo que o(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) deve(m) comprovar a prestação dos serviços de locação de veículos em um quantitativo de no mínimo 01 (uma) unidade, com desempenho satisfatório, para concorrer ao **Grupo 01, 02.**

8.5.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 06 (seis) meses do início de sua execução.

8.5.5. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos 12 (doze) meses serem ininterruptos.

8.5.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

8.5.7. Os documentos apresentados poderão ser objeto de diligência por parte do pregoeiro ou da equipe técnica, com vistas a dirimir as dúvidas em relação ao tipo de serviço prestado.

8.6. Os quantitativos e valores que deverão ser utilizados para fins da proposta são compostos conforme as tabelas abaixo:

8.6.1. Tabela de valor anual do grupo 01:

Grupo 01 - Caminhonete e Mini-Van							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR MENSAL (TOTAL)	VALOR TOTAL (ANUAL)
01	Veículo Caminhonete	4014	Unidades	05	R\$ 12.735,04	R\$ 63.675,20	R\$ 764.102,40
02	Veículo Mini-Van para 06 passageiros	4014	Unidades	05	R\$ 5.641,74	R\$ 28.208,70	R\$ 338.504,40
Total do Grupo 01:							R\$ 1.102.606,80

8.6.2. Tabela de valor anual do grupo 02:

Grupo 02 - Furgão/Van							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR MENSAL (TOTAL)	VALOR TOTAL (ANUAL)
03	Veículo Furgão/Van de 15 ou mais passageiros	4014	Unidades	02	R\$ 12.292,50	R\$ 24.585,00	R\$ 295.020,00
04	Veículo Furgão/Van para 10 passageiros	4014	Unidades	02	R\$ 10.786,47	R\$ 21.572,94	R\$ 258.875,28
05	Veículo Furgão/Van de Carga	4014	Unidades	03	R\$ 10.866,79	R\$ 32.600,37	R\$ 391.204,44
Total do Grupo 02:							R\$ 945.099,72

8.6.3. Tabela do valor total (somatório dos grupos):

TOTAL DOS GRUPOS	
GRUPO 01	R\$ 1.102.606,80
GRUPO 02	R\$ 945.099,72
TOTAL (GRUPO 01 + GRUPO 02)	R\$ 2.047.706,52

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.047.706,52

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **2.047.706,52** (dois milhões, quarenta e sete mil, setecentos e seis reais e cinquenta e dois centavos) anuais, conforme custos unitários apostos na planilha de cotação de preços anexa a este Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação concorrerão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do TJPB.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNNO JOSE LINS LIMA CAVALCANTE

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 11:09:17.

HUGO MARACAJA VAZ DE LIMA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 16:07:20.

ANEXO – ESPECIFICAÇÕES VEÍCULOS

Grupo 01 – Sedan Híbrido, SUV Híbrido, Caminhonete e Mini-Van		
Item	Especificações	Quantidade Ata
1	<p>Veículo Caminhonete, cor preta, ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio automático, cabine dupla, 04(quatro) portas, com capacidade para 05(cinco) passageiros, carroceria aberta, com capacidade de carga acima de 1,0 tonelada, motor a partir de 2.3l, mínimo de 180 CV, tração 4x4, motor movido a diesel, capota marítima, protetor de caçamba, Ar condicionado digital Dual Zone; Air Bag; Apoio de braço para o motorista, Central de multimídia; Conexão Bluetooth e/ou MP3 player, conexões USB; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro e Câmera de ré, Faróis de neblina; volante multifuncional, estribo lateral, para-barros dianteiros e traseiros; rodas de liga leve.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Chevrolet/S10</p>	5
2	<p>Veículos Mini-van, cor preto, capacidade para 07 lugares (1 condutor + 06 passageiros), ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio automático, motor a partir de 1.8, mínimo 110 cv, 04 portas, motor flex movido a gasolina/etanol, protetor de carter, Ar condicionado digital; Air Bag; Central de multimídia; Conexão Bluetooth e/ou MP3 player, conexões USB; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro e Câmera de ré, chave presencial; volante multifuncional; rodas de liga leve.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Chevrolet/Spin LTZ</p>	5

Grupo 02 – Furgão/Van		
Item	Especificações	Quantidade Ata
3	<p>Veículos Furgão/Van, cor branco; para no mínimo 16 lugares (1 condutor + 15 passageiros), ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio manual ou automático, motor a partir de 2.0, com no mínimo 120 cv, 02 portas dianteiras, 02 portas traseiras e uma porta lateral corredeira lado direito; motor a diesel; Ar condicionado dianteiro e traseiro; Central de multimídia; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou Eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro, Câmera de ré e aviso de colisão sonoro (bip); Bancos dos passageiros reclináveis; Retrovisores externos com dupla visão e regulagem elétrica; Tacógrafo digital; Faróis de neblina; volante multifuncional.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Renault Master</p>	2
4	<p>Veículos Furgão/Van, cor branco; para 11 lugares (1 condutor + 10 passageiros), ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio manual ou automático, motor a partir de 1.5l, com no mínimo 120 cv, 02 portas dianteiras, 02 portas traseiras e uma porta lateral corredeira lado direito; motor a diesel; altura máxima 2 metros; Ar condicionado; Central de multimídia e/ou MP3 player, conexões USB e auxiliar; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou Eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro, Câmera de ré e aviso de colisão sonoro (bip); Bancos dos passageiros reclináveis; Retrovisores externos com regulagem elétrica; Faróis de neblina; volante multifuncional.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Fiat Scudo Multi</p>	2
5	<p>Veículos Furgão/Van, cor branco; carga útil de no mínimo 1300kg e volume útil de 6,0 m³ para no mínimo 03 lugares (1 condutor + 2 passageiros), ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio manual ou automático, motor a partir de 1.5l, com no mínimo 120 cv, 02 portas dianteiras, 02 portas traseiras e uma porta lateral corredeira lado direito; motor a diesel; altura máxima 2 metros; Ar condicionado; Central de multimídia e/ou MP3 player, conexões USB e auxiliar; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou Eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro ou Câmera de ré e aviso de colisão sonoro (bip); Retrovisores externos regulagem elétrica; volante multifuncional</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Fiat Scudo Cargo</p>	3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Coordenação de Contratações

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, João Pessoa/PB, inscrito no CNPJ sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____, denominado(a) **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 022223-42.2025.8.15**, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, e em observância à Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 43.759/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 9.697/2012, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), como também pela Resolução TJPB nº 13/2023, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de veículos tipo caminhão baú, 0km, equipados com plataforma elevatória de cargas, 0km, ano fabricação 2026, ano modelo 2026 ou superior, com garantia total de no mínimo 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, revisões programadas sem custo para o comprador durante o período de garantia, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo (e seus anexos) e na proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços, as quantidades e as especificações dos materiais registrados nesta Ata encontram-se indicados no(s) seguinte(s) quadro(s):

GRUPO 01 - Caminhão Baú						
Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Veículo tipo caminhão com baú e plataforma elevatória, novo 0km, ano fabricação 2026, ano modelo 2026 ou superior. Motor 4 cilindros movido a diesel, turbocooler. Potência mínima de 175cv, Direção hidráulica ou elétrica. Sistema de freio a ar, freio de serviço tambor dianteiro e traseiro, freio ABS, PBT mínimo de 8.500kg, Tração 4x2, Rodagem dupla no eixo traseiro. Sistema	601957	Unid.	02	R\$	R\$

de injeção eletrônica, Capacidade do tanque de combustível a partir de 150l e tanque de ARLA 20l. Pneu sobressalente (STEP) - (Fixado na estrutura do caminhão).

Cabine confeccionada em aço com capacidade para 03 ocupantes, ar condicionado original de fábrica, vidros com acionamento elétrico, retrovisores elétricos, som com entrada USB e alto-falantes, bancos revestidos em courvim, cinto de segurança de três pontos, tacógrafo digital, alarme e travas elétricas e alarme sonoro de marcha ré, pintura na cor branca, quebra-sol externo. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN

Equipado com baú em alumínio compatível com chassi, medindo no mínimo 6,30m de comprimento, 2,20m de largura e 2,20m de altura, pontos de luzes interno e externo dentro das especificações legais vigentes. Piso de madeira revestido com alumínio xadrez com proteção anticorrosiva, faixas refletivas vermelha e branca na parte externa do baú conforme especificações legais vigentes, porta lateral em ambos os lados, revestimento total interno com compensado naval e com ferro de amarração horizontal a cada 0,5m de altura, porta traseira de duas folhas (bipartida), abertura total com quadro traseiro, caixa de ferramenta e barrica d'água (25 litros) externa no lado direito..

Para-barro construído e soldado no chassi da carroceria; para-choque traseiro convencional em aço carbono com faixa refletiva vermelha e branca, homologado conforme as normas rodoviárias vigentes., protetor de ciclista e todos os equipamentos de segurança exigidos por lei.

Plataforma elevatória de cargas, compatível com o tamanho do baú proposto, com capacidade de carga mínima de 1000kg.

O modelo deverá estar de acordo com a legislação atual de emissão de poluentes.

Revisões programadas sem custo para o comprador durante o período de garantia (mínimo 12 meses, média de 30.000 km/ano),

sem limite de quilometragem, realizadas em concessionária autorizada em João Pessoa.					
Valor Total do Grupo:					R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e será definida nos termos do disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.2. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

CLÁUSULA QUARTA – DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá à Gerência de Apoio Operacional, o acompanhamento (fiscalização) de todas as Cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços, bem como das demais definições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

5.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada e que seja assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – ACRÉSCIMOS QUANTITATIVOS

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão atualizados, independente de pedido do contratado, mediante a aplicação pela contratante do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem 8.1.1, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no 3º do art. 26 do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

8.1.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades participantes, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Para fins do disposto no item 8.2, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória e planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis.

8.2.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem 8.2.2, o gerenciador, deverá convocar, se houver, os fornecedores do cadastro de reserva na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no §3º do art. 26 do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

8.2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do no item 9.4, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 8.2 e no subitem 8.2.1, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades participantes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do licitante fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento de registro na hipótese do inciso II do item 9.1 será formalizado pelo órgão gerenciador a partir da informação da ocorrência, nos termos do Parágrafo único do art. 12 do Decreto Estadual nº 43.759/2023, pelo órgão ou entidade participante.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Não será permitida a utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. A presente ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados:

- a) Processo Administrativo Eletrônico nº 022223-42.2025.8.15;
- b) Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 – TJPB e seus anexos;
- c) Proposta comercial do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços, quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça da Paraíba.

12.2. O extrato da Ata de Registro de Preços será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do TJPB.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CADASTRO DE RESERVA

13.1. Seguem relacionadas no Anexo Único desta Ata, se for o caso, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original, em conformidade com o previsto no art. 26, inciso II, do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir as questões da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de João Pessoa, no Estado da Paraíba, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Órgão Gerenciador e do Fornecedor indicado acima.

João Pessoa-PB. Documento datado e assinado eletronicamente.

Desembargador _____
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

**ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA**

Ordem de classificação	Fornecedor	Marca/modelo do objeto ofertado	CNPJ	Endereço	Representante legal	Informações para contato (telefone, e-mail, etc)
1º						
2º						

João Pessoa - PB, 28 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Andre da Silva Camilo, Gerente de Contratação**, em 28/04/2026, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0467491** e o código CRC **B2CE79EF**.

Referência: Processo nº 022223-42.2025.8.15

SEI nº 0467491



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Coordenação de Contratações

MINUTA DE CONTRATO

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, João Pessoa/PB, inscrito no CNPJ sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, localizada na _____, CEP.: _____, representada por seu/sua Procurador(a), Sr(a) _____, CPF nº _____, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **022223-42.2025.8.15**, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, e em observância à Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 43.759/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 9.697/2012, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), como também pela Resolução TJPB nº 13/2023, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de veículos tipo caminhão baú, 0km, equipados com plataforma elevatória de cargas, 0km, ano fabricação 2026, ano modelo 2026 ou superior, com garantia total de no mínimo 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, revisões programadas sem custo para o comprador durante o período de garantia, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo (e seus anexos) e na proposta vencedora.

1.2. O presente contrato vincula-se aos termos:

1.2.1. do edital de licitação de que trata o presente instrumento;

1.2.2. da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. O valor deste contrato é de R\$ _____ (_____), conforme especificado a seguir:

GRUPO 01 - Caminhão Baú						
Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Veículo tipo caminhão com baú e plataforma elevatória, novo 0km, ano fabricação 2026, ano modelo 2026 ou superior. Motor 4	601957	Unid.		R\$	R\$

cilindros movido a diesel, turbocooler.
Potência mínima de 175cv, Direção hidráulica ou elétrica. Sistema de freio a ar, freio de serviço tambor dianteiro e traseiro, freio ABS, PBT mínimo de 8.500kg, Tração 4x2, Rodagem dupla no eixo traseiro. Sistema de injeção eletrônica, Capacidade do tanque de combustível a partir de 150l e tanque de ARLA 20l. Pneu sobressalente (STEP) - (Fixado na estrutura do caminhão).

Cabine confeccionada em aço com capacidade para 03 ocupantes, ar condicionado original de fábrica, vidros com acionamento elétrico, retrovisores elétricos, som com entrada USB e alto-falantes, bancos revestidos em courvim, cinto de segurança de três pontos, tacógrafo digital, alarme e travas elétricas e alarme sonoro de marcha ré, pintura na cor branca, quebra-sol externo. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN

Equipado com baú em alumínio compatível com chassi, medindo no mínimo 6,30m de comprimento, 2,20m de largura e 2,20m de altura, pontos de luzes interno e externo dentro das especificações legais vigentes. Piso de madeira revestido com alumínio xadrez com proteção anticorrosiva, faixas refletivas vermelha e branca na parte externa do baú conforme especificações legais vigentes, porta lateral em ambos os lados, revestimento total interno com compensado naval e com ferro de amarração horizontal a cada 0,5m de altura, porta traseira de duas folhas (bipartida), abertura total com quadro traseiro, caixa de ferramenta e barrica d'água (25 litros) externa no lado direito..

Para-barro construído e soldado no chassi da carroceria; para-choque traseiro convencional em aço carbono com faixa refletiva vermelha e branca, homologado conforme as normas rodoviárias vigentes., protetor de ciclista e todos os equipamentos de segurança exigidos por lei.

Plataforma elevatória de cargas, compatível com o tamanho do baú proposto, com capacidade de carga mínima de 1000kg.

<p>O modelo deverá estar de acordo com a legislação atual de emissão de poluentes.</p> <p>Revisões programadas sem custo para o comprador durante o período de garantia (mínimo 12 meses, média de 30.000 km/ano), sem limite de quilometragem, realizadas em concessionária autorizada em João Pessoa.</p>					
Valor Total do Grupo:					R\$

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Unidade Orçamentária – _____ Função – _____ Subfunção – _____; Programa – _____; Projeto/Atividade – _____ – _____; Natureza da Despesa – _____ – ____; Fonte de Recurso – 100 e/ou Unidade Orçamentária – _____; Função – _____; Subfunção – _____; Programa – _____; Projeto/Atividade – _____; Natureza da Despesa – _____ Fonte de Recurso – 270. Reserva Orçamentária/Empenho nº _____

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O contrato terá vigência de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o fornecimento do objeto.

4.2. O prazo de vigência do contrato, em relação aos serviços de garantia e assistência técnica, será correspondente ao período de garantia (_____) e será definido de acordo com a data de recebimento definitivo dos equipamentos, conforme as disposições contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. O regime de execução do presente Contrato está definido no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO OBJETO

6.1. O modelo de execução do objeto contratual está definido no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O modelo de gestão do contrato está definido no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento, o Contratante se obriga a:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado(a), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições quanto à entrega dos bens/execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou prepostos;

8.1.5. Efetuar os pagamentos devidos pela prestação dos bens entregues/serviços executados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

8.2. A existência da fiscalização por parte do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços assumidos.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.4. O Contratante ficará encarregado da proteção dos dados pessoais das pessoas naturais que detiver acesso em razão do Contrato, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das obrigações previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento, a Contratada se obriga a:

9.1.1. Entregar os equipamentos conforme especificações do Termo de Referência, do Contrato e de sua proposta;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

- 9.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.7. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas;
- 9.1.8. Manter permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, através de Preposto, adotando as providências requeridas à execução contratual;
- 9.1.9. Assumir a responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes desta contratação, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 9.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.11. Cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas à execução dos serviços pelos profissionais; e comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados;
- 9.1.12. Atender prontamente quaisquer exigências do representante do TJPB, inerentes ao objeto da contratação;
- 9.1.13. Reportar aos fiscais, imediatamente, quaisquer anormalidades, erros ou irregularidades que possam comprometer a execução do Contrato e o bom andamento das atividades;
- 9.1.14. Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente;

9.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedado à CONTRATADA:

- 10.1.1. Subcontratar o objeto contratual;
- 10.1.2. Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 10.1.4. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- 10.1.5. Durante a vigência do contrato, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA E DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

11.1. As disposições referentes à garantia e à manutenção dos veículos estão previstas no Termo de

Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

12.1. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e CONTRATADO observará o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e será realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como a plena execução deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO. O CONTRATADO assume a posição de operador, nos termos do art. 5º, VII da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, competindo-lhe o tratamento dos dados necessários à execução do contrato, de acordo com as instruções fornecidas pelo controlador.

12.2. No ato de assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA concorda que os seus dados podem ser compartilhados quando necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres e para atender aos interesses legítimos do CONTRATANTE, observadas as disposições Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

12.3. O Tribunal de Justiça da Paraíba e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

12.4. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A fiscalização do objeto do presente contrato obedecerá às disposições definidas no Termo de

Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

15.1. Para fins de liquidação e pagamento da execução do objeto da contratação, a Contratada deve inserir no Sistema Gestor de Contratos, em arquivo digital, na forma indicada pela fiscalização do TJPB, os seguintes documentos:

- a) Nota fiscal com descrição resumida do objeto, número da nota de empenho, mês de competência da entrega dos materiais/serviços; Certidão de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Certidão de Regularidade do FGTS e Trabalhista, todas válidas;
- b) Consulta ao site oficial ou Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, se for o caso;

15.2. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da Contratada.

15.3. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, pelo servidor competente ou comissão responsável, condicionado à verificação da conformidade da documentação discriminada neste Termo de Referência e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

15.4. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, que a contratada formalize o pedido de liberação de pagamento, endereçado ao Ordenador de Despesa e poderá ocasionar o sancionamento da empresa e rescisão contratual.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura/Boleto ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.7. A CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a CONTRATANTE se reserva ao direito de efetuar-la ou não nos casos em que for facultativo;

15.8. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da documentação exigida neste Termo de Referência.

15.9. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, de acordo com o previsto neste Termo de Referência e/ou no Contrato.

15.10. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

15.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de

Pagamento.

15.12. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

15.13. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do Contratante, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelo órgão Contratante será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

I = Índice de atualização financeira (Variação do IPCA do mês inerente ao atraso da fatura/30).

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DOS PREÇOS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão atualizados, independente de pedido do contratado, mediante a aplicação pela contratante do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3.1. O reajuste será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

15.3.2. Se a variação do indexador adotado implicar reajuste desproporcional ao preço médio de mercado, o contratado deverá negociar a adoção de preço compatível.

15.4. Os preços contratados poderão ser alterados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou serviços contratados, nas seguintes situações:

a.

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b.

decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

15.5. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalizado pela contratada.

15.5.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato as situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, no que couber, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A Contratada que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

17.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.1.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado da entrega dos veículos, limitado a 10 (dez) dias;

17.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado na entrega dos veículos, superior a 15 (quinze) dias, na hipótese da aceitação do objeto pela Administração;

17.1.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado na entrega dos veículos, superior a 10 (dez) dias, na hipótese de não aceitação do objeto pela Administração, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total da ordem de fornecimento emitida;

17.1.5. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para substituição dos veículos que não atender os requisitos do edital, limitado a 10

(dez) dias;

17.1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado, superior a 10 (dez) dias, para substituição dos veículos que não atendam aos requisitos do edital, na hipótese da aceitação do objeto pela Administração;

17.1.7. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado, superior a 15 (quinze) dias, para substituição dos veículos que não atendam aos requisitos do edital, na hipótese de não aceitação do objeto pela Administração, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total do contrato;

17.1.8. Multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, quando a contratada:

17.1.8.1. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

17.1.8.2. Fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

17.1.8.3. apresentar comportamento inidôneo.

17.1.9. Impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, pelo prazo de até 3 (três) anos;

17.1.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133/2021.

17.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, o caráter educativo da pena, observado o princípio da proporcionalidade;

17.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.5. As penalidades de previstas nos subitens 17.1.9 e 17.1.10 importarão na inclusão do Contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba – CAFIL/PB e no Cadastro de Empresas Impedidas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e seus anexos, em especial o Termo de Referência, e à Proposta Vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais normativos de licitações e contratos administrativos e pelos preceitos de direito público, e supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, bem ainda na Lei Estadual nº 9.697/2012, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Resolução TJPB nº 13/2023 e ainda pelas disposições de direito privado correlatas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste Contrato nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato para que se produzam os efeitos legais.

João Pessoa-PB. Documento datado e assinado digitalmente.

DESEMBARGADOR FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
CONTRATANTE

CONTRATADA

João Pessoa - PB, 28 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Andre da Silva Camilo**, **Gerente de Contratação**, em 28/04/2026, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0467496** e o código CRC **19C4F9B5**.

Referência: Processo nº 022223-42.2025.8.15

SEI nº 0467496

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Estudo Técnico Preliminar 131/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 023980-56.2025.8.15

2. Descrição da necessidade**2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação**

Considerando a necessidade de disponibilização de veículos de modelos diversificados, a fim de assegurar atendimento adequado às demandas de transporte oriundas dos diversos setores do Tribunal de Justiça da Paraíba.

A contratação faz-se necessária diante da necessidade de veículos para atender as demandas de viagens e deslocamento diário de desembargadores, magistrados e servidores para exercerem atividades inerentes às atividades-fim e atividades-meio, assim como no transporte de materiais, de forma ininterrupta e com maior eficiência e economia, buscando uma melhoria na gestão e prevenindo riscos e prejuízos à Administração Pública.

Nos últimos anos, o TJPB adotou de forma consolidada a política de substituição dos veículos próprios por veículos locados, à medida que aqueles atingiam os limites legais de tempo de uso ou apresentavam custos de manutenção desproporcional ao seu valor residual. Essa transição, fundamentada no princípio da economicidade, resultou na desativação progressiva da frota própria e no direcionamento dos veículos inservíveis para alienação por meio de leilão, consolidando a locação como modelo preponderante de atendimento às demandas de transporte institucional.

Nesse cenário, a presente contratação visa dar continuidade e aperfeiçoar o modelo vigente, assegurando a disponibilização ininterrupta de veículos para o atendimento das necessidades de transporte, de forma eficiente, segura e econômica, prevenindo riscos e prejuízos à Administração Pública

2.2. Objeto da Contratação

Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de locação de veículos, de forma mensal, sem condutor, sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, com seguro proteção total (veículo, terceiro(s), condutor e passageiro(s)) sem franquia e com manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia, funilaria e pintura, para atendimento das demandas de transporte institucional do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

A contratação terá como objetivo a formalização de ata de registro de preço para locação mensal de 17 veículos **modelo Caminhonete, Mini-Van, Furgão/Van de Passageiros e Carga**, havendo a **necessidade imediata na locação** de 1 (um) veículo modelo caminhonete para ficar a disposição do gabinete do desembargador Frederico Coutinho; 1 (um) veículo modelo caminhonete para realizar a escolta do veículo da Presidência; 1 (um) veículo de modelo caminhonete para ficar a disposição da Gerência de Segurança Institucional; 1 (um) veículo modelo Furgão/Van para 15 passageiros; 2 (dois) veículos modelo Furgão/Van para 10 passageiros; 1 (um) veículo modelo Furgão/Van de carga.

2.3. Justificativa da Escolha do Tipo Veicular

A contratação de serviços de locação de veículos com modelos diversificados justifica-se pela necessidade de atendimento eficiente, contínuo e adequado às múltiplas demandas operacionais e administrativas do Tribunal de Justiça da Paraíba. Considerando a natureza heterogênea das atividades desempenhadas pelos diversos setores do órgão, faz-se imprescindível a disponibilização de veículos com características distintas, capazes de suprir desde deslocamentos institucionais simples até operações que exigem maior capacidade de transporte de pessoas ou de carga, bem como maior robustez e segurança.

Dessa forma, a adoção de uma frota composta por diferentes categorias de veículos possibilita maior flexibilidade logística, otimização de recursos e melhor adequação às especificidades de cada serviço, garantindo economicidade, eficiência e continuidade das atividades institucionais. A seguir, apresentam-se as justificativas específicas para cada tipo de veículo a ser contratado.

No que se refere às caminhonetes 4x4, sua contratação se justifica pela necessidade de disponibilização de veículos robustos, com elevado desempenho em diferentes tipos de terreno e condições adversas, especialmente para atendimento às demandas da segurança da Presidência e da Assessoria Militar do Tribunal. Tais veículos oferecem maior capacidade de tração, estabilidade e resistência, sendo adequados para situações que exigem pronta resposta, deslocamentos em áreas de difícil acesso e transporte seguro de equipes e equipamentos, contribuindo para a eficiência e confiabilidade das operações de segurança institucional.

Quanto aos veículos do tipo minivan, com capacidade para até 6 passageiros, sua utilização se mostra adequada para demandas que envolvam o transporte de pequenos grupos de servidores ou colaboradores, sem a necessidade de mobilização de veículos de maior porte. Esse tipo de veículo apresenta bom custo-benefício, conforto, economia de combustível e versatilidade, sendo ideal para deslocamentos urbanos e intermunicipais de média distância, otimizando o uso da frota.

A locação de van com capacidade para 15 ou mais passageiros justifica-se pela necessidade de atendimento a demandas que envolvam o transporte coletivo de maior número de pessoas, como equipes em atividades institucionais, eventos, capacitações e deslocamentos programados. Esse tipo de veículo proporciona maior eficiência logística, reduzindo a necessidade de múltiplos veículos para uma mesma finalidade, além de promover economia e organização nos deslocamentos.

No caso da van com capacidade para aproximadamente 10 passageiros, a justificativa reside na necessidade de um veículo intermediário, que alie boa capacidade de transporte com dimensões compatíveis a ambientes urbanos e estruturas físicas que possuam restrições de altura, especialmente limitadas a até 2 metros. Esse modelo atende de forma eficiente demandas que exigem transporte de grupos moderados, mantendo facilidade de circulação e estacionamento.

Por fim, a locação de van de carga com altura máxima de 2 metros se justifica pela necessidade de transporte de materiais, equipamentos e documentos entre unidades do Tribunal, almoxarifados e demais setores administrativos. A limitação de altura garante a compatibilidade com garagens e acessos existentes nas edificações do órgão, enquanto a configuração de carga assegura maior segurança, organização e integridade dos itens transportados, contribuindo para a eficiência das atividades logísticas internas.

2.4. Consequências da Não Contratação

A não realização da presente contratação poderá acarretar significativos prejuízos ao Tribunal de Justiça da Paraíba, uma vez que comprometerá a capacidade institucional de atendimento às diversas demandas de transporte dos setores administrativos, da segurança da Presidência, da Assessoria Militar e das unidades operacionais do órgão. Considerando que, nos últimos anos, a frota própria vem sendo gradativamente substituída por veículos locados, a ausência de contratação resultará na descontinuidade de um serviço essencial ao pleno funcionamento das atividades institucionais.

A interrupção do serviço de transporte comprometerá diretamente:

- O atendimento das demandas de deslocamento dos diversos setores administrativos, inviabilizando a execução eficiente de atividades internas e externas;
- As ações de segurança institucional, especialmente aquelas desempenhadas pela segurança da Presidência e pela Assessoria Militar, que dependem de veículos com maior capacidade operacional, como caminhonetes 4x4;
- O transporte de servidores e equipes em atividades institucionais, capacitações, eventos e ações administrativas que demandem veículos com maior capacidade de passageiros, como minivans e vans;
- A realização de deslocamentos logísticos para transporte de materiais, equipamentos e documentos entre unidades, prejudicando o funcionamento de setores essenciais;
- O atendimento a demandas que exigem veículos com dimensões específicas, como vans com limitação de altura, podendo inviabilizar o acesso a determinados prédios e estruturas do Tribunal.

Desse modo, a contratação em pauta reveste-se de caráter essencial e urgente, sendo indispensável para a manutenção da regularidade e da eficiência da prestação jurisdicional no Estado da Paraíba.

2.5. Objetivos do Estudo Técnico Preliminar

O presente **Estudo Técnico Preliminar** tem como finalidade analisar as alternativas disponíveis no mercado capazes de suprir as demandas por veículos que atendam às novas necessidades de transporte, assegurando a prestação contínua dos serviços, com maior eficiência e economicidade. Busca-se, assim, aprimorar a gestão e prevenir riscos e eventuais prejuízos à Administração Pública.

Com base na análise das condições de mercado, este estudo visa garantir a viabilidade da contratação, definir estratégias adequadas e fornecer subsídios técnicos para a elaboração do **Termo de Referência**.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Apoio Operacional	BRUNNO JOSÉ LINS LIMA CAVALCANTE

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. A preservação do meio ambiente constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social, quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações.

4.2. A CONTRATADA deve obedecer ao GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 6ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada da Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS;

4.3. A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas, bem como todos os relatórios produzidos, deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel.

4.4. Desta forma, constituem diretrizes de sustentabilidade para o objeto da contratação, entre outras:

- a) O uso de automóveis, equipamentos e acessórios com menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) O uso de automóveis, equipamentos e acessórios com maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;
- d) O uso dos veículos pelo período de 24 (vinte e quatro) ou 36 (trinta e seis) meses, visando o melhor aproveitamento dos equipamentos utilizados;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
- f) Para os veículos leves só será admitida oferta de veículos que também utilize o combustível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;
- g) Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.”;
- h) Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes conforme a legislação atual vigente.

4.5. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos neste ETP, devem ser atendidos os requisitos previstos no Plano de Logística Sustentável - PLS /PJPB 2024-2026 e na Resolução Nº 400 de 16/06/2021 do CNJ.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Reajuste

4.7. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.7.1. A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

Garantia da contratação:

4.8. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, através do Sistema Gestor de Contratos – SGC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Qualificação técnica:

4.9. A título de qualificação técnica, deverão ser apresentados Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução de objeto pertinente e compatível em características e prazos com o objeto, por um período não inferior a 12 (doze) meses, tendo suas especificidades descritas em tópico específico do Termo de Referência.

Requisitos gerais

4.10. Indicar 01 (um) representante legal/preposto, dedicado ao relacionamento com a CONTRATANTE, que deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessária, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com os serviços contratados, verificar o bom andamento dos mesmos, zelar pela disciplina do pessoal executante e pelo seu aprimoramento.

4.11. A CONTRATADA deverá manter, na Grande João Pessoa-PB, durante a vigência do contrato estabelecimento que possibilite a realização da substituição dos veículos locados, modelos descritos no item 5.1, por veículos reservas quando necessário, de acordo com situações previstas neste ETP,

4.12. Esta exigência visa garantir a economicidade de recursos quanto manter um tempo de deslocamento razoável para a solução de eventuais demandas que necessitem a substituição dos veículos sem onerar demasiadamente a administração pública.

4.13. Fica a critério da CONTRATADA a indicação de estabelecimentos para a realização de manutenções preventivas, corretivas, serviços de funilaria, pintura e borracharia, dos veículos descritos no item **5.1**, desde que o mesmo esteja dentro de um raio de 10km da sede do TJPB ou, quando solicitado pelo CONTRATANTE, na cidade de Campina Grande - PB.

4.14. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da data de convocação, que será encaminhada através de e-mail enviado pelo sistema SGC ou outro que o substitua, para realizar a assinatura da Ata de Registro de Preço e do Contrato.

Justificativa para Vigência Plurianual da Contratação

4.15. A presente contratação, relativa à locação de veículos para atendimento às necessidades institucionais do Tribunal de Justiça da Paraíba, foi estruturada para ter vigência inicial de 5 (cinco) anos, prorrogáveis sucessivamente até o limite de dez anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.15.1. A necessidade de prazo dilatado justifica-se pela natureza continuada do serviço, indispensável para assegurar o suporte logístico e a mobilidade de magistrados e servidores, em consonância com o objetivo estratégico de aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.

4.15.2. A vigência plurianual possibilita ganhos de eficiência operacional, evitando a interrupção dos serviços por frequentes processos licitatórios e reduzindo riscos administrativos e jurídicos associados à transição de fornecedores.

4.15.3. A contratação por prazo estendido permite também a obtenção de melhores condições comerciais, uma vez que possibilita maior competitividade e descontos proporcionais à segurança de receita a longo prazo, gerando, assim, maior economicidade para a Administração.

4.15.4. Considera-se, ainda, que o gerenciamento de contratos de locação de veículos envolve a gestão de frotas, manutenções programadas, renovações periódicas e seguros, sendo essencial que haja previsibilidade e estabilidade para garantir a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços.

4.15.5. Dessa forma, a adoção dos prazos iniciais, com possibilidade de prorrogação até o limite de dez anos, representa a solução mais eficiente e vantajosa para atender de forma ininterrupta e eficaz às demandas institucionais do Tribunal.

A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, bem como com os encargos trabalhistas e sociais, fretes, tributos ou outros valores de natureza direta ou indireta necessários à plena execução do objeto da licitação, não sendo admitidos acréscimos, encargos ou quaisquer outras despesas, devendo estar incluídas, entre outras: Impostos, seguros contra terceiros, seguro por passageiro no veículo, manutenção preventiva e corretiva (incluindo conserto de pneus), lavagem, taxas de serviço e quaisquer outras despesas necessárias a plena execução dos serviços contratados.

A contratação terá vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite previsto em lei, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
2. Seja comprovado que a contratação permaneça vantajosa para a Administração;
3. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
5. A contratação deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pelos Órgãos competentes, e a contratada deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos das normas e leis vigentes.

5. Descrição da solução como um todo

Locação de Veículos

5.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de **veículos modelo Caminhonete, Mini-Van, Furgão/Van de Passageiros e Carga**, sem condutor, com quilometragem livre, com seguro proteção total (veículo, terceiro(s), condutor e passageiro(s)) sem franquia, veículo reserva e com manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia, funilaria e pintura, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

5.2. Estima-se que os veículos modelo **Caminhonete e Mini-Van**, irão percorrer, em média, 30.000km por ano. E os veículos modelo **Furgão /Van de Passageiros e Carga** irão percorrer, em média, 20.000km por ano.

5.2.1 Cumprir as orientações dos fabricantes dos veículos quanto às revisões, manutenções preventivas e/ou corretivas, conforme estabelece o manual do proprietário do veículo e mantendo a originalidade do veículo, responsabilizando-se pelas despesas inerentes;

5.2.2. A CONTRATADA deve efetuar o conserto e a substituição dos pneus conforme o nível de desgaste observado, cumprindo as recomendações do manual do proprietário, bem como realizar o alinhamento, balanceamento e rodízio dos pneus a cada 10.000 quilômetros rodados;

5.2.3. A CONTRATADA deve providenciar a substituição do veículo no mesmo prazo disposto no item 5.8, quando o período para a realização de manutenção for superior a 04 (quatro) horas;

5.3. Os veículos pertencentes ao mesmo item deverão ser da mesma marca/modelo, série, cor e possuir os mesmos equipamentos instalados de fábrica

5.3.1 Os veículos deverão ser licenciados obrigatoriamente junto ao Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (**DETRAN-PB**).

5.4. A CONTRATADA arcará com as despesas relativas ao emplacamento, licenciamento, vistorias, entre outros, dos veículos durante o período de locação e deverá manter atualizada a respectiva documentação (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos), devendo o documento de porte obrigatório ser encaminhado para o CONTRATANTE dentro dos prazos legalmente estabelecidos, quando da sua primeira emissão ou durante a troca de exercício.

5.5. Quando da cotação dos veículos pela empresa, a mesma deverá apresentar folder, prospecto ou documento similar oficial fornecido pela fabricante, de forma que nesse documento estejam todas as especificações e indicação do modelo/versão do veículo cotado.

5.5.1. No caso da alteração na marca e/ou modelo do veículo a ser entregue, seja na primeira entrega ou na renovação da frota, os mesmos deverão ter no mínimo as mesmas características/especificações e opcionais do veículo constante da proposta apresentada no procedimento licitatório.

Sistema de Rastreamento e Telemetria

5.6. Os veículos deverão ser equipados com sistema de rastreamento e posicionamento por tecnologia GPS e telemetria. A CONTRATANTE disponibilizará de acesso ao sistema informatizado para verificação dos dados de localização e acompanhamento de trajeto em tempo real; gerenciamento e emissão de relatórios com histórico de navegação e posicionamento; relatórios de telemetria com informações como: tempo de inatividade com motor ligado; aceleração e freada brusca; excesso de velocidade; uso fora do horário permitido; entre outros.

5.6.1. Os registros deverão ser mantidos em histórico de dados da Contratada por, no mínimo, 12 (doze) meses e disponibilizados à Contratante em meio digital, mediante solicitação formal, podendo incluir o acesso a funcionalidades informatizadas disponibilizadas pela Contratada;

Seguro Automotivo

5.7. A CONTRATADA deverá contratar apólice de seguro junto ao mercado para manter seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros), sem franquia para o CONTRATANTE, com cobertura para acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio e contra terceiros, devendo ainda contemplar vidros, assistência 24 horas, reboque e táxi, e ainda cobertura para danos pessoais e materiais, durante o prazo de vigência do contrato, nas seguintes condições mínimas:

- **Danos materiais:** total segurado, mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- **Danos corporais:** total segurado, por pessoa, mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- **Acidente pessoal de passageiro:**
 - Morte: total segurado, por pessoa, mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
 - Invalidez permanente: total segurado, por pessoa, mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

5.7.1. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidente e informar imediatamente ao CONTRATANTE.

5.7.2. Manter serviços de Assistência de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, detalhando sua rede de atendimento, incluído reboque, táxi ou carro reserva para transporte de passageiros.

Veículo reserva

5.8. A CONTRATADA deverá efetuar a reposição por veículos reservas, de igual nível ou superior, dentro das mesmas especificações contratadas, equipados com película fumê, nos casos em que o veículo locado não apresente condições de tráfego, seja por avarias de qualquer natureza ou por necessidade de reparos, realizações de vistorias, emplacamentos, dentre outros.

1. Os veículos modelo Caminhonete deverão ter sua reposição imediata;
2. Os veículos modelo mini-van para 6 passageiros e Furgão/Van deverão ter sua reposição no prazo máximo de 03 (três) horas;
3. Em no máximo 04 (quatro) horas, no interior do estado, para veículo alocado nesta localidade ou veículo de João Pessoa em viagem.

5.8.1. Os veículos poderão ser temporariamente substituídos por veículos reservas de igual nível ou superior nas cores prata, cinza escuro, azul escuro. Caso o período de substituição seja superior a 2 (dois) dias úteis, o veículo reserva deverá ser substituído por um veículo nas cores contratadas.

5.8.2. O socorro mecânico (reboque/guincho) deverá ser providenciado pela CONTRATADA em até 120 (cento e vinte) minutos após a solicitação, operando de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

5.8.3. Disponibilizar central de atendimento ininterrupto (24 horas) ao CONTRATANTE, por meio de ligação gratuita para atendimento ao órgão, usuários e condutores;

5.8.3.1 A Contratada deve divulgar ao Contratante e ao usuário, os canais de contato para acionamento do serviço, em qualquer dia da semana ou horário;

5.8.3.2. Deve constar em local adequado na cabine do veículo, adesivo com a identificação da empresa CONTRATADA, contendo os dados para contato em caso de pane;

5.9. Para a prestação dos serviços de locação mensal, a CONTRATADA deverá comprovar, na entrega dos bens, ser possuidora de uma frota reserva de pelo menos 10% (dez por cento) do quantitativo de veículo do item contratado, de igual nível ou superior, dentro das especificações contidas neste ETP, com documentação e manutenção em dia, que poderão ser utilizados como veículo reserva. No caso do quantitativo do item locado ser inferior a 10 (dez) unidades, a CONTRATADA deverá comprovar, na entrega dos bens, ser possuidora de pelo menos 1 (um) veículo de igual nível ou superior, dentro das especificações. **A comprovação da frota reserva não limita a CONTRATANTE na utilização do quantitativo mínimo da frota reserva, devendo a CONTRATADA atender todas as substituições necessárias.**

Renovação da frota

5.10. A CONTRATADA deverá realizar a renovação da frota condicionada a aprovação da administração e apresentação de cronograma de renovação, com indicação do modelo do veículo e previsão do período de substituição, o qual deverá ser encaminhado com 60 dias de antecedência em relação ao prazo de renovação.

1. Os veículos modelo Caminhonete, Mini-van para 6 passageiros terão sua frota renovada a cada **24 meses** de uso do veículo.

2. Os veículos modelo Furgão/Van para 15 ou mais passageiros, Furgão/Van de 10 passageiro e Furgão/Van de Carga terão sua frota renovada a cada **36 meses** de uso do veículo.

5.10.1. Os veículos de mesmo item deverão ter a frota renovada simultaneamente, considerando o período de renovação do veículo mais antigo.

5.10.2. Na renovação da frota, não será necessária a renovação de veículos adicionados por aditivos de acréscimo ao contrato se o período de uso for inferior a 6 meses, os mesmo só serão renovados no novo período de renovação da frota.

Controle de multas

5.11. É de responsabilidade da CONTRATADA realizar o recebimento das notificações de infração de trânsito e encaminhar a contratante com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes do fim do prazo para a apresentação de recurso ou indicação do motorista infrator.

5.11.1. O CONTRATANTE deverá encaminhar dentro do prazo a notificação devidamente preenchida e com toda a documentação necessária para a indicação do motorista infrator ou documentação informando a apresentação de recurso ao órgão expedidor.

5.11.2. É de responsabilidade da CONTRATADA encaminhar para o órgão expedidor da infração a notificação preenchida com a indicação do motorista infrator, assim como, acompanhar e encaminhar para o CONTRATANTE o boleto para pagamento da multa com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes do fim do prazo de pagamento.

5.11.3. A contratada poderá efetuar o pagamento do boleto referente a infração e solicitar o reembolso do mesmo através da modalidade de depósito identificado em conta de titularidade da mesma, desde que o valor do reembolso seja referente ao pagamento considerando-se o desconto para pagamentos antes do vencimento.

Adesivos

5.12. A CONTRATADA deverá entregar os veículos adesivados de acordo com o modelo e padrão fornecido pelo Órgão, após a assinatura do contrato.

1. Os veículos modelo mini-van para 6 passageiros terão adesivo nas portas laterais dianteiras;

2. Os veículos modelo Furgão/Van para 15 ou mais passageiros, Furgão/Van para 10 passageiro, Furgão/Van de Carga terão adesivos nas portas laterais dianteiras e em uma das portas traseiras.

5.12.1 Os veículos modelo Caminhonete serão entregues sem a aplicação de adesivados por se tratarem de veículos de representação. Contudo a CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA realizar a aplicação de adesivos caso haja necessidade.

Recebimento do Objeto

5.13. O prazo de entrega dos veículos modelos Caminhonete, Mini-van, Furgão/Van de passageiros ou de carga será de **30 (trinta)** dias corridos contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado por mais **30 (trinta)** dias corridos mediante justificativa formal da contratada e aprovação da justificativa pela equipe de Fiscalização do Contrato.

5.14. A critério da CONTRATANTE, durante o interstício para a primeira entrega dos veículos contratos, a CONTRATADA poderá fornecer temporariamente veículos com até 2 (dois) anos de uso ou 30.000 km rodados, de igual nível ou superior, dentro das mesmas especificações contratadas.

5.15. A entrega dos veículos poderá ocorrer de forma parcelada, de acordo com as necessidades deste Poder, observando as especificações técnicas exigidas no presente ETP.

- 5.16. Os veículos, descritos no item **5.1**, deverão ser entregues com o documento de licenciamento dos mesmos junto ao órgão de trânsito competente (**DETRAN-PB**), e em conformidade com o modelo requerido. Será analisada a conformidade dos adesivos de acordo com o padrão informado pelo órgão, assim como o perfeito funcionamento do sistema de rastreamento e telemetria.
- 5.17. Os veículos locados entregues deverão estar com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.
- 5.18. O CONTRATANTE não receberá veículos com avarias ou descuidos, tais como: estofamento sujo, manchado ou rasgado, peças mal fixadas, lataria riscada ou amassada, revestimentos sujos, danificados ou manchados, mau cheiro, entre outros que comprometam a aparência, a conservação e o conforto exigíveis deste padrão de veículo.
- 5.19. A CONTRATADA arcará com todas as despesas relativas à entrega dos bens, inclusive as relativas ao seu transporte
- 5.20. Na hipótese de a CONTRATADA disponibilizar veículo com característica superior ou de capacidade e/ou valor superior ao solicitado, caberá ao Gestor do Contrato aceitar ou não a substituição do veículo, sendo que, neste caso, será pago com o valor correspondente ao do veículo previsto em Contrato
- 5.21. As chaves reservas e o manual dos veículos deverão ser entregues ao CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA opte pela não disponibilização das chaves reservas, a mesma se responsabilizará pela abertura do veículo nos casos de urgência de perda ou indisponibilidade temporária da 1ª via da chave, realizando o serviço sem ônus ao CONTRATANTE.
- 5.22. A entrega dos veículos deverá ser realizada na Gerência de Apoio Operacional, localizada na Praça João Pessoa, s/n, Centro - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB), em dia de expediente, de segunda a quinta no horário das 08h00 às 17h00 e nas sextas das 07h00 às 14h00.
- 5.23. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela licitante vencedora.
- 5.24. Durante o prazo de recebimento provisório, será realizada a inspeção dos veículos quanto à adequação técnica, regularidade documental e funcionamento dos sistemas embarcados, especialmente o rastreamento e a telemetria.
- 5.25 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 5.26. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, desde que comprovado o pleno atendimento às condições contratuais, especificações técnicas e ausência de pendências documentais ou funcionais.
- 5.27. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ocultos, falhas técnicas ou descumprimento de quaisquer obrigações contratuais, ficando assegurada a aplicação de penalidades, se necessário.
- 5.28. Para fins de medição e pagamento, o recebimento provisório e definitivo serão anotados no Sistema Gestor de Contratos – SGC, devendo ser observados os prazos regulamentares e as condições estipuladas.

6. Levantamento de Mercado

Ao pesquisar as soluções capazes de atender as demandas de serviços de transporte de servidores, este Estudo concentrou-se no exame de três alternativas oferecidas pelo mercado: aquisição, serviço de transporte por demanda e locação de veículos.

6.1. Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, manutenção e motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função.

É a solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura própria de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável – à semelhança do que é praticado pelas forças de segurança, onde o risco de deterioração dos veículos locados é enorme, ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

Para a Administração Pública, a aquisição de veículos pode ser uma opção mais vantajosas nas seguintes hipóteses:

1. Caso o órgão público possua expertise no gerenciamento das atividades supracitadas, sendo a gestão de frotas uma atividade próxima de sua atividade-fim;

2. A atividade fim do órgão exponha os veículos utilizados a riscos frequentes de deterioração (como acontece com veículos utilizados pelas forças de segurança);
3. O órgão público tenha a necessidade de manter veículos sob sua propriedade por decisão estratégica.
4. O mercado de locação não exista para o veículo pretendido ou seja desinteressante economicamente (como observado para veículos utilitários de carga pesados e caminhões, devido ao altíssimo custo de aquisição dos veículos).

Em contrapartida, com a aquisição de veículo, fica a cargo do governo a gestão e o custo das seguintes atividades:

- **Manutenção Preventivas e Corretivas:** custos recorrentes com manutenções preventivas e periódicas, essenciais para garantir o funcionamento adequado dos veículos, bem como com manutenções corretivas, muitas vezes imprevisíveis e onerosas, decorrentes de falhas mecânicas ou desgaste natural.
- **Reposição de Pneus:** Considerando que pneus originais devem durar de 40 a 60 mil quilômetros até a primeira troca, no período de 24 meses, a tendência é haver 2 trocas completas, o que representa uma despesa contínua e relevante, especialmente em veículos submetidos a uso intensivo, como é o caso de uma frota de um órgão público.
- **Despesas com Documentações:** Para circulação em vias públicas, é necessário o pagamento de taxas anuais relativas a emplacamento e licenciamento e demais obrigações legais.
- **Contratação de Seguros Automotivo:** Embora a legislação não regule a contratação obrigatória de seguro para veículos oficiais, sua contratação é necessária tendo em vista a proteção ao patrimônio público. Conforme o Índice de Preços do Seguro Automóvel (IPSA), o custo do seguro corresponde a 6,5% do valor do automóvel ao ano.

Além dos gastos com os custos indicados acima, a gestão de uma frota própria deve levar em considerações outras características que afetam diretamente o custo geral da gestão:

1. Gestão da Renovação da Frota: A aquisição de veículos para composição de frota própria implica elevado dispêndio inicial de recursos públicos, uma vez que exige investimento significativo e imediato para a compra dos bens. Esse tipo de despesa de capital impacta diretamente o orçamento institucional, reduzindo a capacidade de alocação de recursos em outras áreas prioritárias. A aquisição de veículos impõe elevados custos imediatos e rigidez na gestão patrimonial

2. Depreciação: De acordo com o mercado e a média histórica dos preços constantes nas tabelas usualmente utilizadas, os veículos adquiridos zero quilômetro, já nos primeiros meses da sua utilização, perdem em média 10 a 15% do valor de aquisição. No modelo de aquisição de veículos – frota própria, o órgão passa a assumir integralmente os custos e riscos associados ao ciclo de vida dos bens. Um dos principais fatores é a depreciação, que representa a perda gradual do valor do veículo ao longo do tempo, impactando diretamente o patrimônio público.

3. Desvalorização no Ato da Venda: Associada a depreciação, ocorre a desvalorização no ato da venda, momento em que, via de regra, os veículos são alienados por valores significativamente inferiores aos de aquisição, gerando prejuízo financeiro inevitável. Os veículos inservíveis podem ser alienados por meio de leilão. De acordo com o histórico de leilões públicos, os veículos em boas condições são arrematados em média por 70% do valor constante na tabela FIPE.

4. Custo da Indisponibilidade do Veículo: O custo da indisponibilidade refere-se ao tempo em que o veículo fica fora de operação, seja por manutenção, reparos ou sinistros. Para diminuir os impactos da indisponibilidade recomendasse a aquisição de pelo menos 10% de veículos adicionais a título de reserva técnica, acarretando em aumento na despesa da aquisição de veículos.

5. Custo de Oportunidade do Capital: O custo de oportunidade refere-se ao retorno potencial que se perde ao imobilizar capital na aquisição de veículos, em vez de aplicá-lo em outras demandas institucionais ou investimentos.

6. Custos com Procedimentos Licitatórios: Conforme estudo da Fundação Instituto de Administração da USP (2006), o custo de realização de um Pregão Eletrônico, considerando lote mínimo de 100 veículos, é em média por veículo cerca de R\$ 206,98, tanto para o leilão de alienação quanto para nova aquisição em substituição.

6.2. Serviço de Transporte por Demanda

O transporte remunerado privado individual, por sua vez, é definido pela Política Nacional de Mobilidade Urbana como: “serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede”

Neste modal, o contratante obtém acesso ao sistema, através de plataforma web ou aplicativo, por meio do qual poderá solicitar serviço de transporte a ser atendido por prestadores de serviço de transportes cadastrados no sistema e que estejam mais próximos ao local onde foi feita a solicitação.

A diferença entre este modelo e os demais é que os veículos atingem o mesmo custo mensal, tendo percorrido a mesma quilometragem, momento em que é possível determinar o ponto de equilíbrio entre os modelos disponíveis no mercado.

A partir do ponto de equilíbrio, o valor/km do automóvel locado se estabiliza, apresentando pouca variação de custo mensal, enquanto o custo dos serviços de transporte privado permanece em crescimento conforme a quilometragem percorrida. A partir dessa análise, observou-se que, em alguns casos, o Serviço de Transporte por Demanda não se mostrava viável ou mesmo vantajoso, abrindo espaço para que a necessidade de rodagens mais intensas sejam supridas por meio da locação de veículos.

6.3. Locação de Veículos

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

O modelo de locação de veículos, por sua vez, resulta na terceirização do serviço de transporte de servidores, tendo em vista que a empresa contratada disponibiliza o veículo para o órgão contratante, mediante pagamento fixo mensal.

Sua principal vantagem está no fato de que esta solução inclui, além do uso do veículo, a gestão da manutenção, as peças de reposição, pneus, seguros, impostos, gestão da documentação, prazos e parâmetros para substituição definitiva do veículo, tudo sob a responsabilidade da empresa contratada.

A locação de veículos transfere à empresa contratada a maior parte desses custos e responsabilidades. Nesse modelo, a depreciação e a desvalorização deixam de impactar o órgão contratante, assim como os gastos com manutenção preventiva e corretiva, substituição de pneus e gestão da documentação veicular. Adicionalmente, os contratos de locação, em geral, preveem a substituição imediata de veículos indisponíveis, mitigando os impactos operacionais e assegurando a continuidade dos serviços.

Dessa forma, o modelo de locação proporciona maior previsibilidade orçamentária, uma vez que os custos são fixados contratualmente, além de reduzir a carga administrativa relacionada à gestão de frota.

Por essa razão, a locação de veículos tem sido a opção recorrente dos órgãos públicos, tais contratações diferenciam-se apenas pela adoção de franquias de quilometragem livres ou com valor determinado.

Com relação à locação observou-se que o mercado oferecia esse serviço de diferentes maneiras, sendo as mais relevantes:

1. Locação + manutenção + combustível + motorista
2. Locação + manutenção + combustível
3. Locação + manutenção

A locação permite que os recursos e esforços da administração sejam direcionados ao cumprimento de suas funções essenciais, proporcionando: flexibilidade e adaptabilidade às demandas variáveis, redução de custos administrativos, atualização frequente da frota, conformidade com normas ambientais e resposta rápida a situações emergenciais.

6.4. Conclusão da Análise Comparativa

Para suprir a atual necessidade por modelos diversificados, conforme descrito nos itens 5.1, optou-se pela terceira forma de locação, tendo em vista a existência de contrato firmado para o fornecimento de combustível e de haver no órgão quadro de motoristas servidores efetivos ou requisitados, sendo assim, entende-se que essa seria, no momento, a solução mais adequada para essa demanda.

Vale destacar que nos últimos anos o TJPB vem adotando a política de substituição dos veículos próprios por veículos locados, à medida que aqueles atingiam os limites legais de tempo de uso, baseado no princípio da economicidade com relação aos custos anuais de manutenção, sendo desativados e destinados a leilão. Deve-se considerar também, o grande desembolso imediato em investimentos para realizar a aquisição de novos veículos em quantitativo suficiente para substituir a atual frota.

Em relação ao serviço de transporte por demanda, devemos considerar a falta de uma empresa especializada na região que possa atender as peculiaridades deste tipo de atividade considerando a natureza da atividade-fim deste Poder.

Em outras palavras, a locação mostra-se o modelo mais adequado para o Poder Judiciário, que não mais terá que despender recursos para licenciamento /emplacamento, seguros, peças de reposição, assessoria jurídica em caso de sinistros, impostos, custos sobre a ociosidade da frota, investimento em renovação, ficando a cargo da empresa contratada, também, a distribuição logística dos veículos, pessoal para manutenção, fornecimento de veículo reserva, assistência 24 horas, riscos contra perda, roubo, furto ou colisão, evitando, demais disso, desgastes desnecessários para a Administração, com possibilidade de conversão atividades das forças de trabalho para outros setores administrativos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1.A contratação terá como objetivo **a formalização de ata de registro de preço** para locação mensal de 17 veículos, havendo a **necessidade imediata na locação** de: 1 (um) veículo modelo caminhonete para ficar a disposição do gabinete do desembargador Frederico Coutinho; 1 (um) veículo modelo caminhonete para realizar a escolta do veículo da Presidência; 1 (um) veículo de modelo caminhonete para ficar a disposição da Gerência de Segurança Institucional; 1 (um) veículo modelo Furgão/Van para 15 passageiros; 2 (dois) veículos modelo Furgão/Van para 10 passageiros; 1 (um) veículo modelo Furgão/Van de carga.

7.1.1. Tabela do grupo 01:

--

Grupo 01 - Caminhonete e Mini-Van				
Item	Modelo do veículo	Quantidade para Registro na Ata	Quantidade para Contratação Imediata	Finalidade
1	Veículo Caminhonete	05	03	1 veículo modelo caminhonete para ficar a disposição do gabinete do desembargador Frederico Coutinho; 1 (um) veículo modelo caminhonete para realizar a escolta do veículo da Presidência; 1 (um) veículo de modelo caminhonete para ficar a disposição da Gerência de Segurança Institucional
2	Veículo Mini-Van para 06 passageiros	05	00	Veículo utilizado no atendimento de solicitações para transporte de magistrados, servidores e colaboradores

7.1.2. Tabela do grupo 02:

Grupo 02 - Furgão/Van				
Item	Modelo do veículo	Quantidade para Registro na Ata	Quantidade para Contratação Imediata	Finalidade
3	Veículo Furgão/Van de 15 ou mais passageiros	02	01	Veículo utilizado no atendimento de solicitações para transporte de magistrados, servidores e colaboradores
4	Veículo Furgão/Van para 10 passageiros	02	02	Veículo utilizado no atendimento de solicitações para transporte de jurados do Tribunais dos Júris de João Pessoa e Campina Grande
5	Veículo Furgão/Van de Carga	03	01	Veículo utilizado no atendimento de solicitações para transporte de material de expediente e permanente

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.047.706,52

8.1 O custo estimado total da contratação é de **2.047.706,52** (dois milhões, quarenta e sete mil, setecentos e seis reais e cinquenta e dois centavos) anuais, conforme custos unitários apontados no item 8.3. deste ETP.

8.2 Os parâmetros utilizados na estimativa da despesa, encontram-se em total sintonia com os preceitos definidos pela Resolução TJPB 13/2023, a qual regulamenta os procedimentos licitatórios no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba, em seus artigos 32º a 35º que dispõem sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

8.3. Tabelas das quantidades em relação aos valores com base na planilha de cotação de preços anexa a este Estudo Técnico Preliminar:

8.3.1. Tabela do Grupo 01:

Grupo 01 - Caminhonete e Mini-Van					
Item	Modelo do veículo	Quantidade	Valor Unitário (Mês)	Valor Total (Mês)	Valor Anual
1	Veículo Caminhonete	05	R\$ 12.735,04	R\$ 63.675,20	R\$ 764.102,40
2	Veículo Mini-Van para 06 passageiros	05	R\$ 5.641,74	R\$ 28.208,70	R\$ 338.504,40
TOTAL GRUPO 01					R\$ 1.102.606,80

8.3.2. Tabela do Grupo 02:

Grupo 02 - Furgão/Van					
Item	Modelo do veículo	Quantidade	Valor Unitário (Mês)	Valor Total (Mês)	Valor Anual
3	Veículo Furgão/Van de 15 ou mais passageiros	02	R\$ 12.292,50	R\$ 12.292,50	R\$ 147.510,00
4	Veículo Furgão/Van para 10 passageiros	02	R\$ 10.786,47	R\$ 21.572,94	R\$ 258.875,28
5	Veículo Furgão/Van de Carga	03	R\$ 10.871,53	R\$ 32.600,37	R\$ 391.204,44
TOTAL GRUPO 02					R\$ 945.099,72

8.3.3. Tabela do valor total (somatório dos grupos):

TOTAL DOS GRUPOS	
GRUPO 01	R\$ 1.102.606,80
GRUPO 02	R\$ 945.099,72
TOTAL (GRUPO 01 + GRUPO 02 + GRUPO 03)	R\$ 2.047.706,52

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

9.1. Existem 06 (seis) contratações correlatas.

- a. **Contrato 015/2022**, cujo objeto é a prestação dos serviços de locação de veículos (Locadora), automóvel do Modelo/Tipo SUV e Caminhoneta, sem motorista, sem abastecimento;
- b. **Contrato 002/2023**, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos Locadora, automóvel do Modelo/Tipo Sedan e Caminhoneta, sem motorista, sem abastecimento;
- c. **Contrato 060/2024**, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos Locadora, automóvel do Modelo/Tipo Sedan e Mini-van, sem motorista, sem abastecimento;
- d. **Contrato 052/2025**, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos Locadora, locação de veículo com blindagem nível IIIA, sem motorista, sem abastecimento.
- e. **Contrato 095/2025**, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos Locadora, automóvel do Modelo/Tipo SUV blindado.
- f. **Contrato 096/2025**, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos Locadora, automóvel do Modelo/Tipo Sedan blindado.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Inicialmente, foi realizada uma análise criteriosa da viabilidade do parcelamento do objeto por itens. No entanto, essa alternativa foi descartada por razões técnicas e de fiscalização, conforme detalhado a seguir:

10.1.1. O parcelamento por itens, dividindo o objeto em diversos contratos com características distintas, comprometeria a otimização da execução do contrato como um todo. Isso se deve à interdependência entre os diversos tipos de veículos, que exigem um planejamento e uma gestão logística unificados para garantir a eficiência do serviço.

10.1.2. A fragmentação do objeto em diversos itens traria consigo um aumento significativo da complexidade da fiscalização do contrato. Acompanhar a entrega, a qualidade e o cumprimento das obrigações por parte de vários fornecedores com contratos distintos demandaria um esforço desproporcional da equipe de fiscalização, comprometendo a efetividade do controle da Administração Pública.

10.3. O parcelamento em grupos é uma prática recomendada para aumentar a competitividade e promover uma ampla participação de licitantes, a situação específica deste processo demanda uma abordagem separando os itens em 02 (dois) grupos.

10.4. Diante dos desafios apresentados pelo parcelamento por itens, optou-se pelo parcelamento em grupos homogêneos. Essa estratégia visa agrupar os veículos de acordo com suas características e finalidades, permitindo a otimização da execução e da fiscalização do contrato.

10.5. Características dos Grupos:

- Grupo 01 - Veículos Caminhonete e Mini-Van para 6 passageiros: Destinados ao transporte de passageiros em viagens curtas e médias distâncias, com foco no conforto e na praticidade.
- Grupo 02 - Veículos Furgão/Van para 15 ou mais passageiros; Furgão/Van para 10 passageiros; Furgão/Van de Carga: Abrangem veículos com maior capacidade de transporte, adequados para o transporte de passageiros em viagens mais longas e para o transporte de cargas.

10.6. A separação em grupos facilita o processo licitatório, permitindo que as propostas sejam mais adequadas às necessidades de cada grupo, proporcionando maior competitividade, transparência e eficiência na contratação. Além disso, essa divisão evita que as condições de um grupo afetem as condições do outro, garantindo que as especificidades de cada categoria sejam atendidas de maneira mais eficaz.

10.7. O parcelamento em grupos apresenta como uma alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, considerando os aspectos técnicos, logísticos, de fiscalização e de competitividade. Essa estratégia garante a otimização da execução do contrato, a qualidade dos serviços prestados e a economicidade dos recursos públicos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Esta contratação está alinhada com o Planejamento Anual de Contratação uma vez que se identifica com o objetivo estratégico do TJPB de 'Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

11.2. Este objetivo visa a formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão de informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

11.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, **item 64**, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Disponibilizar os veículos necessários para suprir as demandas de deslocamento diário de magistrados e servidores para exercerem atividades inerentes às atividades-fim e atividades-meio, assim como no transporte de materiais, de forma ininterrupta e com maior eficiência e economia, buscando uma melhoria na gestão e prevenindo riscos e prejuízos ao Erário

12.2. A locação de veículos modelo caminhonete oferece vantagens significativas devido às suas próprias características estruturais e funcionais. A cabine espaçosa oferece maior conforto aos ocupantes, seu porte robusto e motorização mais potente garantem melhor desempenho em terrenos irregulares, estradas rurais e condições severas de operação. A maior altura do solo proporciona melhor capacidade de transpor obstáculo. Além disso, a caminhonete conta com ampla capacidade de carga na caçamba, permitindo o transporte de equipamentos, materiais e ferramentas com praticidade.

12.3. O veículo modelo Mini-van apresenta a vantagem de ser um modelo espaçoso, ideal para o transporte de grupos. Com capacidade para até 6 passageiros, oferece conforto para viagens longas ou para transportar um grande volume de carga.

12.4 Para a locação dos veículos modelo Furgão/Van para 15 passageiros facilitará o transporte de um grupo maior de magistrados/servidores otimizando a logística, reduzindo a necessidade de múltiplos automóveis e facilitando a organização. Assim como os veículos modelo Furgão/Van para 10 passageiros que ajudará no transporte de jurados.

12.5. A locação também reduz custos com manutenção, seguro, documentação e depreciação, pois esses encargos ficam a cargo da locadora, garantindo maior previsibilidade orçamentária. Além disso, a renovação periódica da frota assegura o uso de veículos mais modernos, seguros e eficientes, aumentando a confiabilidade das operações. Somam-se ainda vantagens como substituição imediata em caso de falhas, disponibilidade contínua e maior controle sobre os gastos, tornando a locação uma solução prática, econômica e eficiente

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias quaisquer adequações, quer sejam logísticas, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A não observância dos critérios de sustentabilidade poderá acarretar na:

- a. Degradação do meio ambiente através da utilização de recursos naturais de forma desenfreada;
- b. Poluição da atmosfera com a utilização de veículos que não estejam de acordo com a legislação atual para emissão de poluentes;
- c. Poluição sonora com a utilização de veículos que não respeitem os limites máximos de ruídos permitidos pela legislação vigente;
- d. Acumulo de resíduos com a não utilização de materiais recicláveis

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNNO JOSE LINS LIMA CAVALCANTE

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 09:20:40.

HUGO MARACAJA VAZ DE LIMA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 07:55:24.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução técnica proposta tem viabilidade técnica e econômica, como também que atende adequadamente a necessidade concreta da unidade demandante.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Matriz de Gerenciamento de Riscos 63/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
63/2025	HUGO MARACAJA VAZ DE LIMA	11/12/2025 10:20
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	A contratação não ocorrer no período previsto	Atraso nos procedimentos internos e externos do processo de contratação.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Atraso no início da execução dos serviços.					
	Ações Preventivas					
P-01	Acompanhar o andamento do processo de contratação visando assegurar que os prazos para elaboração dos documentos sejam cumpridos.					
	Ações de Contingência					
C-01	Agilização de procedimentos internos, dentro da legalidade.					
				Responsável: BRUNNO JOSE LINS LIMA CAVALCANTE		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	A empresa habilitada não assinar o contrato.	A empresa habilitada no processo de contratação não atender as convocações para formalização do Termo de Contrato.	Seleção do Fornecedor	Contratada	Baixo	
	Impactos					
1	Atraso no início da prestação dos serviços					
	Ações Preventivas					
P-01	Setor responsável pela formalização do Termo de Contrato convocar a empresa habilitada de forma formal e reiteradas vezes.					
	Ações de Contingência					
C-01	Notificar a licitante sobre as sanções que a mesma pode sofrer por não honrar com a obrigação assumida					
				Responsável: BRUNNO JOSE LINS LIMA CAVALCANTE		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Fracasso do item do certme	Falha na instrução do processo (ETP. TR Pesquisa de Mercado)	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Indisponibilidade de veículo para atender as necessidades da Administração.					
	Ações Preventivas					
P-01	Revisão detalhada das especificações e do valor estimado da contratação					
	Ações de Contingência					
C-01	Abertura de novo processo de aquisição no menor tempo possível					
				Responsável: BRUNNO JOSE LINS LIMA CAVALCANTE		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	ATRASO NA ENTREGA DO ITEM CONTRATADO	A empresa contratada não entregar o veículo no prazo contratual determinado	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
	Impactos					

1	Indisponibilidade de veículo para atender as necessidades da Administração.			
Ações Preventivas				
P-01	Notificar a empresa quanto ao atraso na entrega do veículo e a instrução célere de penalidades à empresa inadimplente		Responsável: HUGO MARACAJA VAZ DE LIMA	
Ações de Contingência				
C-01	Abertura de processo de penalização em desfavor da empresa inadimplente.		Responsável: BRUNNO JOSE LINS LIMA CAVALCANTE	

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.

ANEXO – ESPECIFICAÇÕES VEÍCULOS

Grupo 01 – Sedan Híbrido, SUV Híbrido, Caminhonete e Mini-Van		
Item	Especificações	Quantidade Ata
1	<p>Veículo Caminhonete, cor preta, ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio automático, cabine dupla, 04(quatro) portas, com capacidade para 05(cinco) passageiros, carroceria aberta, com capacidade de carga acima de 1,0 tonelada, motor a partir de 2.3l, mínimo de 180 CV, tração 4x4, motor movido a diesel, capota marítima, protetor de caçamba, Ar condicionado digital Dual Zone; Air Bag; Apoio de braço para o motorista, Central de multimídia; Conexão Bluetooth e/ou MP3 player, conexões USB; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro e Câmera de ré, Faróis de neblina; volante multifuncional, estribo lateral, para-barros dianteiros e traseiros; rodas de liga leve.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Chevrolet/S10</p>	5
2	<p>Veículos Mini-van, cor preto, capacidade para 07 lugares (1 condutor + 06 passageiros), ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio automático, motor a partir de 1.8, mínimo 110 cv, 04 portas, motor flex movido a gasolina/etanol, protetor de carter, Ar condicionado digital; Air Bag; Central de multimídia; Conexão Bluetooth e/ou MP3 player, conexões USB; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro e Câmera de ré, chave presencial; volante multifuncional; rodas de liga leve.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Chevrolet/Spin LTZ</p>	5

Grupo 02 – Furgão/Van		
Item	Especificações	Quantidade Ata
3	<p>Veículos Furgão/Van, cor branco; para no mínimo 16 lugares (1 condutor + 15 passageiros), ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio manual ou automático, motor a partir de 2.0, com no mínimo 120 cv, 02 portas dianteiras, 02 portas traseiras e uma porta lateral corredeira lado direito; motor a diesel; Ar condicionado dianteiro e traseiro; Central de multimídia; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou Eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro, Câmera de ré e aviso de colisão sonoro (bip); Bancos dos passageiros reclináveis; Retrovisores externos com dupla visão e regulagem elétrica; Tacógrafo digital; Faróis de neblina; volante multifuncional.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Renault Master</p>	2
4	<p>Veículos Furgão/Van, cor branco; para 11 lugares (1 condutor + 10 passageiros), ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio manual ou automático, motor a partir de 1.5l, com no mínimo 120 cv, 02 portas dianteiras, 02 portas traseiras e uma porta lateral corredeira lado direito; motor a diesel; altura máxima 2 metros; Ar condicionado; Central de multimídia e/ou MP3 player, conexões USB e auxiliar; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou Eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro, Câmera de ré e aviso de colisão sonoro (bip); Bancos dos passageiros reclináveis; Retrovisores externos com regulagem elétrica; Faróis de neblina; volante multifuncional.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Fiat Scudo Multi</p>	2
5	<p>Veículos Furgão/Van, cor branco; carga útil de no mínimo 1300kg e volume útil de 6,0 m³ para no mínimo 03 lugares (1 condutor + 2 passageiros), ano/modelo 2026/2026 ou superior, 0KM, câmbio manual ou automático, motor a partir de 1.5l, com no mínimo 120 cv, 02 portas dianteiras, 02 portas traseiras e uma porta lateral corredeira lado direito; motor a diesel; altura máxima 2 metros; Ar condicionado; Central de multimídia e/ou MP3 player, conexões USB e auxiliar; Vidros e travas elétricos; Direção elétrica ou hidráulica ou Eletro-hidráulica; Sensor de estacionamento traseiro ou Câmera de ré e aviso de colisão sonoro (bip); Retrovisores externos regulagem elétrica; volante multifuncional.</p> <p>Todos os equipamentos deverão ser originais de fábrica. Colocação de película (insufilm) em todos os vidros, respeitados os índices de transparência constantes na Resolução 254/2007, do COTRAN. Os veículos devem ser de mesmo modelo e com os mesmos acessórios de série.</p> <p>Modelos de referência: Fiat Scudo Cargo</p>	3



Relatório de Cotação: Veículos Diversos

Pesquisa realizada entre 18/11/2025 12:22:37 e 03/02/2026 13:27:31

Relatório gerado no dia 23/03/2026 11:42:18 (IP: 200.6.49.254)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
LOTE 1: Lote 01 - Caminhonete, Mini-Van (2 itens)					Valor Lote: R\$ 91.883,90	
1) Caminhonete	4	5 Unidades	R\$ 12.735,04 (un)	-	R\$ 12.735,04	R\$ 63.675,20
2) Mini-Van para 06 passageiros	7	5 Unidades	R\$ 5.641,74 (un)	-	R\$ 5.641,74	R\$ 28.208,70
LOTE 2: Lote 02 - Furgão/Van (3 itens)					Valor Lote: R\$ 78.758,31	
3) Furgão para 15 passageiros ou mais	4	2 Unidades	R\$ 12.292,50 (un)	-	R\$ 12.292,50	R\$ 24.585,00
4) Furgão para 10 passageiros	3	2 Unidades	R\$ 10.786,47 (un)	-	R\$ 10.786,47	R\$ 21.572,94
5) Furgão de Carga	6	3 Unidades	R\$ 10.866,79 (un)	-	R\$ 10.866,79	R\$ 32.600,37

Valor Global: R\$ 170.642,21

Detalhamento dos Itens

LOTE 1: Lote 01 - Caminhonete, Mini-Van

(2 itens)

Item 1: Caminhonete

Preço Estimado: R\$ 12.735,04 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 12.735,04 Média dos Preços Obtidos: R\$ 12.735,04

Quantidade	Descrição	Observação
5 Unidades	Locação mensal de veículo modelo Caminhoente, Okm, sem motorista, sem limite de quilometragem, com seguro proteção total, incluso revisões preventivas e corretivas	



Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DE MARABÁ	Data: 04/08/2025 08:00
Objeto: Registro de preços para eventual contratação da empresa para locação de máquinas e veículos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas - SEVOP, com participação do Serviço de Saneamento Ambiental - SSAM	Modalidade: Pregão Eletrônico
	SRP: SIM
Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados - Caminhonete, cabine dupla com tração 4x4, motor 4 cilindros ou mais, com potência mínima 180 CV, a diesel, com direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, airbags e ABS, sem motorista, com no máximo 02 anos de uso, transmissão manual ou automática de no mínimo 6 velocidades. (poderá o contratante solicitar a contratada até 06 veículos simultaneamente por mês). Unidade: Mês	Identificação: N°Pregão:900542025 / UASG:928615
	Lote/Item: /29
	Ata: Link Ata
CatSer: 4014 - Locação de Veículos - Leves / Pesados	Homologação: 14/10/2025 18:08
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 72
	Unidade: UNIDADE
	UF: PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
19.803.326/0001-85	J. EUZEBIO DA SILVA SOUSA LTDA	R\$ 9.880,00
31.345.121/0001-07	L. A. LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 11.500,00
41.274.505/0001-21	G P CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	R\$ 12.133,71
09.499.908/0001-66	AFS LOCACOES LTDA	R\$ 12.530,34
23.530.774/0001-20	NEW LOCACOES & SERVICOS LTDA	R\$ 13.000,00
02.871.848/0001-11	CENVEL CENTRAL LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 13.000,00
07.446.298/0001-07	HEXAENG SERVICOS E LOCACOES LTDA	R\$ 13.040,00
13.855.875/0001-17	VERSATIL LTDA	R\$ 13.040,00
01.667.733/0001-47	J. L. CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	R\$ 13.044,00
43.347.714/0001-83	D T CONSULT. SERVIC E COM. LTDA	R\$ 13.047,00
VENCEDOR		
22.941.560/0001-83	VW INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 13.047,00
12.351.550/0001-34	GAVIAO SOLUCOES LTDA	R\$ 13.047,00
03.659.854/0001-72	MARABA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 13.047,00
47.790.177/0001-00	CRUZEIRO DO SUL EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 13.047,00
10.420.658/0001-06	PLANETA SERVICOS E LOCACOES LTDA	R\$ 13.047,00
11.726.586/0001-92	J M CONSTRUTORA LTDA	R\$ 13.047,00
54.556.465/0001-52	NOVA ERA EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 13.047,00
11.222.077/0001-22	ENGELOC CONSTRUTORA E LOCACAO LTDA	R\$ 13.047,00
18.224.783/0001-52	MG EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 13.047,00
16.836.669/0001-58	OLIVEIRA E SILVA EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 13.047,00
12.538.985/0001-92	BIOAMAZONIA CONSTRUTORA LTDA	R\$ 13.047,00
09.465.044/0001-61	C S LOGISTICA E SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA	R\$ 13.047,00
01.241.313/0001-02	ZUCATELLI EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$ 13.047,00
20.548.634/0001-90	BM LOCACOES EIRELI	R\$ 13.047,00
19.104.617/0001-85	CARDOSO E AGUIAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 13.047,00
13.070.801/0001-75	CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHAS LTDA	R\$ 13.047,00
38.143.838/0001-07	FB ENGENHARIA LOCACAO E ASSESSORIA EM LICITACOES EIRELI	R\$ 13.047,00
07.848.730/0001-96	LN DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	R\$ 13.047,00
54.805.591/0001-01	NORTE BRASIL CONSTRUTORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: PA	R\$ 13.047,00
52.890.176/0001-60	MOSAICO SOLUCOES LTDA	R\$ 13.052,00



Preço (Compras Governamentais) 2: Média das Propostas Iniciais
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 12.783,30

CNPJ: 07.000.300/0001-10	Data: 15/07/2025 00:00	
Órgão: MUNICIPIO DE JOAO LISBOA / 3 - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Modalidade: Inexigibilidade	
Objeto: ADESÃO SRP 010-2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - MA	SRP: NÃO	
Descrição: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, SEM MOTORISTA, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, COM AR CONDICIONADO, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 4.0, COMBUSTÍVEL DIESEL, POTÊNCIA 171 CV, CÂMBIO AUTOMÁTICO 05 MARCHAS, TRAÇÃO 4X4, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACID - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, SEM MOTORISTA, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, COM AR CONDICIONADO, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 4.0, COMBUSTÍVEL DIESEL, POTÊNCIA 171 CV, CÂMBIO AUTOMÁTICO 05 MARCHAS, TRAÇÃO 4X4, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE CARGA 1.000KG, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 80 LITROS, CINCO DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTAS NOS 05 ACENTOS, CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS CONFORME NORMA EM VIGOR DO CONTRAN (TRIÂNGULO, CHAVE DE RODAS, EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE ABC) E DEVERÁ OBEDECER ÀS NORMAS DE SEGURANÇA EXIGIDAS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO VIGENTE.	Identificação: 07000300000110-1-000089/2025	
	Lote/Item: 1/2	
	Ata: N/A	
	Homologação: 15/07/2025 00:00	
	Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br	
	Quantidade: 12	
	Unidade: UNIDADE POR 12 MESES	
	UF: MA	
CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
10.256.060/0001-23	C & F SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 12.783,30
VENCEDOR		

Preço (Compras Governamentais) 3: Média das Propostas Iniciais
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 12.980,17

CNPJ: 13.797.188/0001-92

Órgão: Prefeitura Municipal de Nazaré/BA

Objeto: Registro de Preços visando à eventual e futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE SEM MOTORISTA PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NAZARÉ, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de referência (TR) anexo ao edital e seus demais anexos.

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados - CAMINHONETE DIESEL 4X4 - CABINE DUPLA COR BRANCA CÂMBIO AUTOMÁTICO - Veículo utilitário para cargas acima de 1 tonelada, carroceria tipo picape; cabine dupla; capacidade para 5 ocupantes; 4 portas; capacidade de carga mínima de 1.000kg, direção com assistência hidráulica ou superior; vidros elétricos; travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou de material similar acarpete; motor de, no mínimo, 140CV, combustível diesel; ar condicionado de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo as revisões obrigatórias durante o período da garantia, assistência técnica. MODELO 2025. QTD: 1 veículo.

CatSer: 4014 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Data: 11/04/2025 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: N°Pregão:900182025 / UASG:932210

Lote/Item: /8

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 07/05/2025 16:30

Fonte: [www.gov.br/compras/pt-br](#)

Quantidade: 12

Unidade: UNIDADE

UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
17.162.071/0001-93	GAB LOCACAO, EVENTOS E SERVICOS LTDA	R\$ 12.900,00
32.680.878/0001-01	LOCADORA DE VEICULOS GONTIJO LTDA	R\$ 12.980,00
41.760.180/0001-97	MIRAIMA COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	R\$ 12.985,00
12.566.446/0001-67	VIEIRA SANTOS TRANSPORTE E CONSTRUCAO LTDA	R\$ 12.985,97
VENCEDOR		
17.419.135/0001-99	W.A.F EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 12.985,97



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
26.434.566/0001-15	ALPHA TRANSPORTES E LOCACOES LTDA	R\$ 12.985,97
11.258.473/0001-00	PODIUM DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 12.985,97
08.443.951/0001-47	SC TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 12.985,97
06.096.502/0001-44	M.PINHEIRO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	R\$ 12.985,97
12.895.584/0001-90	LAC LOCACOES COMERCIO E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	R\$ 12.985,97
13.434.928/0001-26	AUGUSTO C MOTA FARIAS	R\$ 12.985,97
14.873.359/0001-88	CONDE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS AGRICOLAS E AGROPECUARIOS LTDA	R\$ 12.985,97
54.781.239/0001-75	MEGA LOCACAO DE MAQUINAS LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R\$ 12.985,97
28.258.054/0001-70	ORLINDO FROIS DIAS	R\$ 12.985,97
12.069.133/0001-01	TRANSCOSTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS EIRELI	R\$ 12.985,97
30.025.240/0001-01	LOCA TUDO LOCADORA EIRELI	R\$ 12.986,00

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Iniciais **R\$ 12.338,00**
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: SERVICIO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO RURAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA	Data: 21/08/2025 10:00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINA PESADA COM E SEM MOTORISTA/OPERADOR, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO RURAL – SAAER DE JIJOCA DE JERICOACOARA/CE.	Modalidade: Pregão Eletrônico
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE, CABINE DUPLA, 4X4, COM CINCO LUGARES, COM AR CONDICIONADO, - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE, CABINE DUPLA, 4X4, COM CINCO LUGARES, COM AR CONDICIONADO,	SRP: NÃO
	Identificação: 2025.07.28.04-SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO RURAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA-CE
	Lote/Item: 1/1
	Ata: Link Ata
	Fonte: licitamaibrasil.com.br/editais
	Quantidade: 5
	Unidade: Meses
	UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
08.596.699/0001-06	DB LOCACAO DE VEICULOS LTDA	R\$ 12.152,00
50.904.313/0001-42	P2J EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 12.214,00
43.984.357/0001-64 *VENCEDOR*	PROJETTA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	R\$ 12.400,00
27.499.707/0001-40	V E V EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 12.400,00
33.019.842/0001-44	AL LOCACOES EIRELI	R\$ 12.400,00
55.465.726/0001-91	M. DA S. INACIO LTDA	R\$ 12.400,00
32.125.666/0001-62	L & L COMERCIO LTDA	R\$ 12.400,00

Item 2: Mini-Van para 06 passageiros

Quantidade	Descrição	Observação
5 Unidades	Locação mensal de veículo modelo Mini-Van para 6 passageiros, Okm, sem motorista, sem limite de quilometragem, com seguro proteção total, incluso revisões preventivas e corretivas	



Órgão:	MUNICIPIO DE JUNDIA / 04214217000155 - Prefeitura	Data:	08/09/2025 10:00
Objeto:	Contratação de empresa especializada em locação de veículos de pequeno e médio porte, com seguro total, sem motorista e sem combustível, com manutenção por conta da contratada.	Modalidade:	Pregão - Eletrônico
		SRP:	SIM
Descrição:	Veículo tipo utilitário tipo mini-van - zero quilometro, ano 2021 ou superior, modelo 2022 ou superior, quatro portas, para 6 passageiros + um motorista; cor branca; movida a gasolina/álcool; injeção eletrônica de combustível, potência mínima de 110 cv; t - Veículo tipo utilitário tipo mini-van - zero quilometro, ano 2021 ou superior, modelo 2022 ou superior, quatro portas, para 6 passageiros + um motorista; cor branca; movida a gasolina/álcool; injeção eletrônica de combustível, potência mínima de 110 cv; transmissão mecânica, como no mínimo cinco marchas para frente e uma a ré; direção hidráulica ou elétrica; ar- condicionado; quilometragem livre; vidro elétrico; trava elétrica; freios abs. Ebd e bas; tanque de combustível capacidade mínima 45l; airbag para condutor e passageiros; gps integrado. A empresa vencedora deverá responsabilizar-se: pelo pagamento do licenciamento veicular; ipva, seguro obrigatório dpvat, seguro total com franquia, manutenção preventiva e corretiva do Veículo. Sem motorista e sem combustível.	Identificação:	04214217000155-1-000077/2025
		Lote/Item:	1/1
		Ata:	N/A
		Homologação:	25/09/2025 00:00
		Fonte:	https://www.gov.br/pncp/pt-br
		Quantidade:	24
		Unidade:	Mes
		UF:	RN
CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial	
27.064.548/0001-51	J ALCANTARA SILVA	R\$ 4.700,00	
VENCEDOR			

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 5 - FMS SANTA RITA DO ARAGUAIA	Data:	26/08/2025 08:29
Objeto:	SOLICITAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO.PROCESSO LICITATÓRIO 2025	Modalidade:	Pregão - Eletrônico
		SRP:	NÃO
		Identificação:	11704447000168-1-000004/2025
		Lote/Item:	1/2
		Ata:	N/A
		Homologação:	10/09/2025 00:00
		Fonte:	https://www.gov.br/pncp/pt-br
		Quantidade:	12
		Unidade:	SV
		UF:	GO
CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial	
61.927.148/0001-60	LEMES TRANSPORTES, LOCACOES E SERVICOS LIMITADA UF endereço: GO	R\$ 5.690,00	
VENCEDOR			



Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES/MG	Data:	13/08/2025 08:00
Objeto:	Contratação de empresa especializada em locação de veículo para atender as Secretarias municipais	Modalidade:	Pregão Eletrônico
		SRP:	SIM
Descrição:	Locação de Veículos - Leves / Pesados - VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO MINIVAN DE 7 LUGARES CAPACIDADE: 7 PASSAGEIROS, COM CONFIGURAÇÕES DE BANCO QUE PERMITEM REBATIMENTO OU REMOÇÃO DE ASSENTOS PARA AUMENTAR O ESPAÇO DE CARGA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO ENTRE 4,42M E 5,15M, LARGURA ENTRE 1,73M E 1,99M E ALTURA ENTRE 1,68M E 1,77M. MOTORIZAÇÃO: MOTOR FLEX 1,8L, COM POTÊNCIA ENTRE 111CV E 130CV. CÂMBIO: TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, COM DIFERENTES NÚMEROS DE MARCHAS. CAPACIDADE DE CARGA: ESPAÇO DE PORTA-MALAS VARIANDO COM A CONFIGURAÇÃO DOS BANCOS, PODENDO SER DE 162 LITROS ATÉ 665 LITROS. SISTEMA DE FREIOS: FREIOS ABS. SEGURANÇA E SEGURANÇA: AR CONDICIONADO (DIGITAL OU MANUAL); DIREÇÃO HIDRÁULICA; SISTEMA MULTIMÍDIA COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE, CONECTIVIDADE COM SMARTPHONES (APPLE CARPLAY E ANDROID AUTO); AIRBAGS PARA MOTORISTA E PASSAGEIROS; CINTO DE SEGURANÇA PARA TODOS OS ASSENTOS; CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE E TRAÇÃO; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO E CÂMERA DE RÉ. COR: BRANCA	Identificação:	NºPregão:900912025 / UASG:985385
		Lote/Item:	/1
		Ata:	Link Ata
		Homologação:	02/09/2025 13:23
		Fonte:	www.gov.br/compras/pt-br
		Quantidade:	156
		Unidade:	UNIDADE
		UF:	MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
30.083.123/0001-02 *VENCEDOR*	NOVA OPCAO LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 5.614,00
30.025.240/0001-01	LOCA TUDO LOCADORA EIRELI	R\$ 5.614,00
31.525.989/0001-80	GABRIEL ELLER GOMES GONCALVES	R\$ 5.614,00
41.504.916/0001-66	MASTER ENGENHARIA E SERVICOS LTDA	R\$ 5.614,00
35.910.893/0001-97	MS LUCAS TRANSPORTES DE CARGAS EIRELI	R\$ 5.614,00
05.411.610/0001-00	JML 3 SOLUCOES E TRANSPORTES LTDA	R\$ 5.700,00
14.164.110/0001-01	RX LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 6.250,00
70.998.562/0001-51	ATLANTA LOCACOES E SERVICOS LTDA	R\$ 7.000,00

Órgão:	FUNDACAO GUIMARAES DUQUE / 000000001 - FUNDACAO GUIMARAES DUQUE	Data:	24/07/2025 08:59
Objeto:	Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada nos serviços de locação de veículos (com e sem motorista) para atender as demandas dos diversos projetos executados pela Fundação Guimarães Duque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo.	Modalidade:	Pregão - Eletrônico
		SRP:	SIM
Descrição:	Locação “Mensal” de veículo automóvel de passeio categoria MINI VAN (SPIN e similares da categoria), ano não inferior a 2021, com quilometragem livre, sem motorista, mínimo de 04 (quatro) portas, capacidade para 07 (sete) passageiros (incluído motorista), - Locação “Mensal” de veículo automóvel de passeio categoria MINI VAN (SPIN e similares da categoria), ano não inferior a 2021, com quilometragem livre, sem motorista, mínimo de 04 (quatro) portas, capacidade para 07 (sete) passageiros (incluído motorista), motor apto a utilizar álcool e/ou gasolina, motor 1.6 ou superi-or, limitado a 2.0 com ar condicionado, direção elétrica ou hidráulica, câmbio manual ou automático, trava elé-trica, vidros elétricos e alarme. Seguro total (sem fran-quia) para colisão, furto, incêndio, prevendo em especí-al pagamento de danos contra terceiros, morte, invali-dez de passageiros e terceiros e assistência 24 (vinte e quatro) horas, com uso de guincho. Equipado com to-dos os acessórios exigidos pelo CONTRAN.	Identificação:	08350241000172-1-000008/2025
		Lote/Item:	1/11
		Ata:	N/A
		Homologação:	11/08/2025 00:00
		Fonte:	https://www.gov.br/pncp/pt-br
		Quantidade:	24
		Unidade:	UN
		UF:	RN



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
07.656.489/0001-01 *VENCEDOR*	MASTER LOCACOES LTDA	R\$ 5.500,00

Preço (Compras Governamentais) 5: Média das Propostas Iniciais

R\$ 6.169,34

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 18.133.439/0001-58	Data: 26/06/2025 08:00
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de veículos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.	SRP: SIM
Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados - VEÍCULO MINI VAN 7 LUGARES	Identificação: NºPregão:900242025 / UASG:984975
CatSer: 4014 - Locação de Veículos - Leves / Pesados	Lote/Item: /1
	Ata: Link Ata
	Homologação: 16/07/2025 08:34
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 36
	Unidade: UNIDADE
	UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
46.952.887/0001-19 *VENCEDOR*	CARVIP LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 4.837,00
70.998.562/0001-51	ATLANTA LOCACOES E SERVICOS LTDA	R\$ 4.837,09
00.140.738/0001-54	D & G COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA	R\$ 4.837,09
30.025.240/0001-01	LOCA TUDO LOCADORA EIRELI	R\$ 4.837,09
38.651.247/0001-40	MASTER LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 4.837,09
41.710.060/0001-85	ALAG - COMERCIAL - RJ E SERVICOS - EIRELI	R\$ 9.000,00
10.596.241/0001-07	PANTANAL LOCADORA DE AUTOMOVEIS LTDA	R\$ 10.000,00

Preço (Compras Governamentais) 6: Média das Propostas Iniciais

R\$ 6.681,05

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 17.702.499/0001-81	Data: 08/05/2025 08:00
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação mensal de veículos automotores com manutenção preventiva, corretiva e seguro, para atender às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG.	SRP: SIM
Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados - Locação mensal de veículo automotor minivan, motor no mínimo 1.8, 5 portas, câmbio manual. Especificações Mínimas: Automóvel veículo automotor com no mínimo 7 (sete) lugares Motor no mínimo 1.8, Combustível flex: gasolina/etanol; Câmbio manual, no mínimo 5 marchas, com capacidade mínima para 07 lugares; Direção hidráulica/elétrica; Protetor de cárter; Travas elétricas em todas as portas; Vidros elétricos em todas as janelas; Ar condicionado; ABS e Airbag, ano/modelo do veículo com no máximo 2 anos de fabricação. Jogo de tapetes; PotênciaLiq. No mínimo 106cv (Gasol)/111cv (Eta). Vidro elétrico em 4 portas; Travas elétricas em todas as portas; Alarme. Todos os itens de segurança e obrigatórios de acordo com a legislação vigente.	Identificação: NºPregão:900402025 / UASG:984305
CatSer: 4014 - Locação de Veículos - Leves / Pesados	Lote/Item: /2
	Ata: Link Ata
	Homologação: 29/05/2025 11:04
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 108
	Unidade: UNIDADE
	UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
03.350.577/0001-11	LOC BH LOCADORA DE VEICULOS DE BELO HORIZONTE LTDA	R\$ 6.500,00
37.131.539/0001-90 *VENCEDOR*	STAR LOCACAO DE SERVICOS GERAIS LTDA	R\$ 6.676,00



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
46.952.887/0001-19	CARVIP LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 6.676,00
39.316.666/0001-99	REDE BRASILEIRA DE AUTOMOTORES LTDA	R\$ 6.676,00
30.025.240/0001-01	LOCA TUDO LOCADORA EIRELI	R\$ 6.676,00
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 6.882,29

Preço (Compras Governamentais) 7: Média das Propostas Iniciais

R\$ 4.874,28

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 18.431.304/0001-79	Data: 07/03/2025 08:00
Órgão: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PREF. MUN. DE UBERLÂNDIA - SEC MUN DE ADM	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de preços para futura e eventual locação de veículos tipo sedan, pick up cabine dupla e cabine simples em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, FERUB - Fundação de Excelência Rural de Uberlândia, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Secretaria Municipal de Agronegócio Economia e Inovação, Secretaria Municipal de Segurança Integrada, Secretaria Municipal de Obras e outros.	SRP: SIM
Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados - Locação de veículos utilitários tipo mini van leve, sem motorista, veículo com capacidade para até 7 (sete) passageiros - ATENÇÃO AO TERMO DE REFERENCIA	Identificação: NºPregão:900232025 / UASG:926922
CatSer: 4014 - Locação de Veículos - Leves / Pesados	Lote/Item: /4
	Ata: Link Ata
	Homologação: 30/05/2025 11:37
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 12
	Unidade: UNIDADE
	UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
49.524.942/0001-68 *VENCEDOR*	X LOC LOCADORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R\$ 3.873,33
26.825.176/0001-76	LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 3.873,33
42.384.299/0001-75	UDIVOL LOCACOES E COMERCIO DE PECAS LTDA	R\$ 4.500,00
57.507.722/0001-54	LIDER SOLUCOES EM PRODUTOS E SERVICOS LTDA	R\$ 4.873,33
70.998.562/0001-51	ATLANTA LOCACOES E SERVICOS LTDA	R\$ 5.000,00
31.066.359/0001-95	JOSE WILTON MARTINS COELHO 01602620385	R\$ 5.000,00
12.305.622/0001-07	PONTUAL LOC CAR LTDA	R\$ 7.000,00

LOTE 2: Lote 02 - Furgão/Van

(3 itens)

Item 1: Furgão para 15 passageiros ou mais

Preço Estimado: R\$ 12.292,50 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R\$ 12.292,50 **Média dos Preços Obtidos:** R\$ 12.292,50

Quantidade	Descrição	Observação
2 Unidades	Furgão para 15 passageiros ou mais, Okm, com km livre, sem motorista	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 12.870,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES/MG

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de veículo para atender as Secretarias municipais

Descrição: **Locação de Veículos - Leves / Pesados** - VEÍCULO TIPO VAN DE 16 LUGARES (MOTORISTA + 15 PASSAGEIROS) CAPACIDADE: 16 LUGARES (MOTORISTA + 15 PASSAGEIROS). . DIMENSÕES: COMPRIMENTO ENTRE 5,09M E 5,91M, LARGURA APROXIMADA 1,99M E ALTURA ENTRE 2,15M E 2,66M. .MOTORIZAÇÃO: MOTOR A DIESEL SUPERIOR A 2.0L, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130CV, EQUIPADO COM SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA E ATENDENDO ÀS NORMAS DE EMISSÕES PROCONVE-7. .TRANSMISSÃO: PODE SER MANUAL OU AUTOMÁTICA. SISTEMA DE FREIOS: FREIOS ABS. .SUSPENSÃO: SUSPENSÃO INDEPENDENTE NA DIANTEIRA E EIXO RÍGIDO NA TRASEIRA. .CONFORTO E SEGURANÇA: AR CONDICIONADO; VIDROS ELÉTRICOS; DIREÇÃO HIDRÁULICA COM REGULAGEM DE ALTURA; AIRBAGS PARA MOTORISTA E PASSAGEIROS; CINTOS DE SEGURANÇA PARA TODOS OS ASSENTOS E RETROVISORES ELÉTRICOS COM REGULAGEM INTERNA. .PORTA: LATERAL CORREDIÇA. .RODAS E ESTEPE: ARO 16. .EQUIPAMENTOS: SISTEMA DE SOM COM USB/BLEETOOTH, E TACÓGRAFO. .COR: BRANCA

Data: 13/08/2025 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: N°Pregão:900912025 / UASG:985385

Lote/Item: /2

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 02/09/2025 13:23

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 24

Unidade: UNIDADE

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
57.228.032/0001-66 *VENCEDOR*	RENOVA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 9.950,00
35.910.893/0001-97	MS LUCAS TRANSPORTES DE CARGAS EIRELI	R\$ 10.500,98
14.164.110/0001-01	RX LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 11.740,00
31.525.989/0001-80	GABRIEL ELLER GOMES GONCALVES	R\$ 11.750,00
30.025.240/0001-01	LOCA TUDO LOCADORA EIRELI	R\$ 13.990,00
05.411.610/0001-00	JML 3 SOLUCOES E TRANSPORTES LTDA	R\$ 14.000,00
30.083.123/0001-02	NOVA OPCAO LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 14.590,00
70.998.562/0001-51	ATLANTA LOCACOES E SERVICOS LTDA	R\$ 15.000,00

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

R\$ 11.800,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



CNPJ: 10.264.406/0001-35

Órgão: MUNICIPIO DE PESQUEIRA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, DE FORMA CONTÍNUA, DEVIDAMENTE LICENCIADOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE PESQUEIRA-PE

Descrição: Locação de Veículo Tipo Van – Capacidade mínima de 16 lugares, Câmbio Manual (sem motorista) - Veículo tipo van, com capacidade mínima para 16 (dezesesseis) passageiros, incluindo o motorista; - Potência mínima de motor: 2.2; - Transmissão manual; - Ano de - Locação de Veículo Tipo Van – Capacidade mínima de 16 lugares, Câmbio Manual (sem motorista) - Veículo tipo van, com capacidade mínima para 16 (dezesesseis) passageiros, incluindo o motorista; - Potência mínima de motor: 2.2; - Transmissão manual; - Ano de fabricação/modelo igual ou superior a 2020; - Combustível: diesel ou flex; - Equipamentos obrigatórios: ar-condicionado, cintos de segurança em todos os assentos, luz interna, extintor de incêndio, tacógrafo, sistema de ventilação e iluminação adequados; - Veículo em perfeito estado de conservação, mecânica, limpeza e estética, com manutenção preventiva atualizada e pneus em boas condições; - Documentação regular: veículo licenciado, emplacado, com IPVA e demais encargos quitados; - Seguro total com cobertura contra terceiros, colisão, roubo, furto e danos materiais e corporais a terceiros; - Combustível e condutor fornecidos pela contratante; - Todas as demais despesas, incluindo manutenção, seguro, licenciamento, impostos e eventuais multas, são de responsa

Data: 05/08/2025 08:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 10264406000135-1-000072/2025

Lote/Item: 1/3

Ata: N/A

Homologação: 14/08/2025 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 24

Unidade: MÊS

UF: PE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
33.146.442/0001-08 *VENCEDOR*	DG AUTOMOTIVA LTDA	R\$ 11.800,00

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais

R\$ 10.000,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 75.828.418/0001-90

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos tipo Microônibus e Van.

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista - Locação de Van com no mínimo 15 lugares. Quilometragem mensal máxima de 3.000quilômetros.

CatSer: 4014 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Data: 30/06/2025 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: NºPregão:900332025 / UASG:987723

Lote/Item: /2

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 12/08/2025 15:58

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 12

Unidade: UNIDADE

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
30.438.027/0002-02 *VENCEDOR*	JOAO F XAVIER JUNIOR	R\$ 8.500,00
25.404.523/0001-24	NIVISA SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	R\$ 10.000,00
02.492.735/0001-05	RODRIGUES E COUTO LTDA	R\$ 10.000,00
41.430.326/0001-36	3R SERVICOS LTDA	R\$ 10.000,00
75.451.609/0001-86	WS LOCACOES LTDA	R\$ 10.000,00



CNPJ:	13.796.073/0001-83	Data:	28/04/2025 08:00
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUIPE	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Registro de Preços visando à eventual e futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTA/OPERADOR PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARATUÍPE, BAHIA.	SRP:	SIM
Descrição:	Locação de veículos - leves / pesados / com motorista - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO VAN, DIESEL, CAPACIDADE PARA 15 PASSAGEIROS, AR CONDICIONADO, MOTORAÇÃO MÍNIMA 2.3, COM MOTORISTA/OPERADOR. DESPESAS DE COMBUSTÍVEIS POR CONTA DO CONTRATANTE. QTD: 2 VEÍCULOS	Identificação:	NºPregão:900122025 / UASG:983345
CatSer:	25089 - Locação de Veículos - Leves / Pesados / Com Motorista	Lote/Item:	/5
		Ata:	Link Ata
		Homologação:	15/05/2025 17:00
		Fonte:	www.gov.br/compras/pt-br
		Quantidade:	12
		Unidade:	UNIDADE
		UF:	BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
12.566.446/0001-67 *VENCEDOR*	VIEIRA SANTOS TRANSPORTE E CONSTRUCAO LTDA	R\$ 10.400,00
26.434.566/0001-15	ALPHA TRANSPORTES E LOCACOES LTDA	R\$ 10.450,00
28.258.054/0001-70	ORLINDO FROIS DIAS	R\$ 11.200,00
20.364.007/0001-08	DIJAM SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 13.000,00
12.068.945/0001-24	PLATAFORMA ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA	R\$ 13.100,00
22.229.097/0001-41	I2 NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 14.000,00
30.598.377/0001-55	S L SANTOS TRANSPORTES LTDA	R\$ 14.000,00
17.338.655/0001-77	ETHAN SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 14.500,00
08.443.951/0001-47	SC TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 15.204,12
96.770.664/0001-09	CJ EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 15.260,00
13.416.148/0001-53	ALIANCA SERVICOS LTDA	R\$ 15.264,12
12.895.584/0001-90	LAC LOCACOES COMERCIO E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	R\$ 15.264,12
26.461.537/0001-42	SEJJA DEZZ SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI	R\$ 15.264,12
12.069.133/0001-01	TRANSCOSTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS EIRELI	R\$ 15.264,12
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 15.502,24

Item 2: Furgão para 10 passageiros			
Preço Estimado: R\$ 10.786,47 (un)		Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 10.786,47
		Média dos Preços Obtidos: R\$ 10.786,47	
Quantidade	Descrição	Observação	
2 Unidades	Locação mensal de veículo modelo Furgão/Van para 10 passageiros, 0 km, sem motorista, km livre		



Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA - SEAP / 32 - DECON - Departamento de Logística para Contratações Públicas (Antigo DEAM)

Objeto: Registro de Preços pelo período de um ano prorrogável por igual período para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EM ÂMBITO ESTADUAL COM QUILOMETRAGEM LIVRE

Descrição: (L14) 115.95758-Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Furgão, conforme categoria Comercial do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 135 cv, torque mínimo de 30 kgfm, diesel ou híbrido a diesel, C - (L14) 115.95758-Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Furgão, conforme categoria Comercial do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 135 cv, torque mínimo de 30 kgfm, diesel ou híbrido a diesel, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, teto alto, ano de fabricação em vigor na data do pedido/contratação ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, CAPACIDADE: Carga volumétrica mínima de 12m³ ou 12000 litros, EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: Ar condicionado, transmissão manual, automática ou similar, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros dianteiros elétricos, comando elétrico dos retrovisores externos, vidros com película protetora conforme a legislação, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco dianteiro 1+2 (individual para o motorista), banco do motorista com regulagem de altura, parede divis

Data: 16/10/2025 10:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 77071579000108-1-000124/2025

Lote/Item: 1/23

Ata: N/A

Homologação: 14/11/2025 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 32

Unidade: Unitário

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.595.780/0001-16 *VENCEDOR*	CS BRASIL FROTAS LTDA	R\$ 10.087,43

Preço (Compras Governamentais) 2: Média das Propostas Iniciais

R\$ 10.000,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 75.828.418/0001-90

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos tipo Microônibus e Van.

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista - Locação de Van com no mínimo 15 lugares. Quilometragem mensal máxima de 3.000quilômetros.

CatSer: 4014 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Data: 30/06/2025 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: NºPregão:900332025 / UASG:987723

Lote/Item: /6

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 12/08/2025 15:58

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 12

Unidade: UNIDADE

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
30.438.027/0002-02 *VENCEDOR*	JOAO F XAVIER JUNIOR	R\$ 10.000,00
25.404.523/0001-24	NIVISA SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	R\$ 10.000,00
02.492.735/0001-05	RODRIGUES E COUTO LTDA	R\$ 10.000,00
41.430.326/0001-36	3R SERVICOS LTDA	R\$ 10.000,00
75.451.609/0001-86	WS LOCACOES LTDA	R\$ 10.000,00

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 12.271,99

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: Governo do Estado do Paraná

Objeto: Registro de Preços pelo período de um ano prorrogável por igual período para futura e eventual CON [...] licitacao-698Registro de Preços pelo período de um ano prorrogável por igual período para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EM ÂMBITO ESTADUAL COM QUILOMETRAGEM LIVRE

Descrição: 115.95757 Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Passageiros, conforme categoria Comer [...] lote-15-item-0115.95757 Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Passageiros, conforme categoria Comercial do Programa Brasileiro de Etiqu - 115.95757 Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Passageiros, conforme categoria Comer [...] lote-15-item-0115.95757 Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Passageiros, conforme categoria Comercial do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 135 cv, torque mínimo de 30 kgfm, diesel ou híbrido a diesel, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, teto alto, ano de fabricação em vigor na data do pedido/contratação ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, CAPACIDADE E DIMENSÕES: Largura mínima de 2000mm, comprimento total mínimo de 5900mm, distância mínima entre eixos de 3600mm, capacidade para no mínimo 15 (14+1) ocupantes, EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: Ar condicionado com duto no compartimento de passageiros, transmissão manual, automática ou similar, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros dianteiros elétricos, comando elétrico dos retrovisores externos, vidros com película protetora conforme a legislação, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco dianteiro individual para o motorista, banco do motorista com regulagem de altura, bancos reclináveis (facultados os do(s) passageiro(s) da cabine ao lado do motorista que poderão ser sem reclinção), jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Data: 04/11/2025 10:00

Modalidade: Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021)

SRP: SIM

Identificação: 7312025-DECON - Departamento de Logística para Contratacoes Publicas (Antigo DEAM)-Governo do Estado do Parana

Lote/Item: 15/1

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 14/11/2025 00:00

Fonte: transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes?windowId=920

Quantidade: 39

Unidade: Unitário

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.595.780/0001-16 *VENCEDOR*	CS BRASIL FROTAS LTDA	R\$ 12.271,99

Item 3: Furgão de Carga

Preço Estimado: R\$ 10.866,79 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 10.866,79 Média dos Preços Obtidos: R\$ 10.866,79

Quantidade	Descrição	Observação
3 Unidades	Locação mensal de veículo modelo Furgão de carga, 0km, sem motorista, km livre	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 8.024,75

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE / 280 - Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde - MT

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo sem motorista, a fim de atender as necessidades das Secretarias Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Descrição: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO UTILITÁRIO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS COM 3 PORTAS (DUAS DIANTEIRAS E UMA LATERAL), COM NO MÁXIMO 03 ANOS DE FABRICAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRÊS PESSOAS, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA PROGRESSIVA, AR CONDICIONADO, - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO UTILITÁRIO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS COM 3 PORTAS (DUAS DIANTEIRAS E UMA LATERAL), COM NO MÁXIMO 03 ANOS DE FABRICAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRÊS PESSOAS, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA PROGRESSIVA, AR CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, SOM, MOTOR COM MÍNIMO DE 2.0CC, COM POTENCIA MÍNIMA DE 120 CV, DIESEL, COM DISTANCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 3.500 MM, COM TRAÇÃO MÍNIMA DE 4 X 2 , 4 CILINDROS EM LINHA, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 1.800 KG COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E SEGURO TOTAL.

Data: 27/10/2025 08:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 24772246000140-1-000120/2025

Lote/Item: 1/4

Ata: N/A

Homologação: 19/11/2025 00:00

Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Quantidade: 48

Unidade: MÊS

UF: MT

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.509.943/0001-87 *VENCEDOR*	LGS LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R\$ 8.024,75

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

R\$ 10.087,43

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA - SEAP / 32 - DECON - Departamento de Logística para Contratações Públicas (Antigo DEAM)

Objeto: Registro de Preços pelo período de um ano prorrogável por igual período para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EM ÂMBITO ESTADUAL COM QUILOMETRAGEM LIVRE

Descrição: (L14) 115.95758-Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Furgão, conforme categoria Comercial do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 135 cv, torque mínimo de 30 kgfm, diesel ou híbrido a diesel, C - (L14) 115.95758-Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Furgão, conforme categoria Comercial do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 135 cv, torque mínimo de 30 kgfm, diesel ou híbrido a diesel, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, teto alto, ano de fabricação em vigor na data do pedido/contratação ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, CAPACIDADE: Carga volumétrica mínima de 12m³ ou 12000 litros, EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: Ar condicionado, transmissão manual, automática ou similar, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros dianteiros elétricos, comando elétrico dos retrovisores externos, vidros com película protetora conforme a legislação, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco dianteiro 1+2 (individual para o motorista), banco do motorista com regulagem de altura, parede divis

Data: 16/10/2025 10:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 77071579000108-1-000124/2025

Lote/Item: 1/23

Ata: N/A

Homologação: 14/11/2025 00:00

Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Quantidade: 32

Unidade: Unitário

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.595.780/0001-16 *VENCEDOR*	CS BRASIL FROTAS LTDA	R\$ 10.087,43

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 12.198,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME / 14 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO, COM ISOLAMENTO TÉRMICO PARA TRANSPORTE DE MERENDA ESCOLAR ATENDENDO ÀS DEMANDAS DAS UNIDADES ESCOLARES, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE URUAÇU-GO.

Descrição: Serviço de locação de veículo para transporte de carga, tipo FURGÃO com isolamento térmico. Modelo de fabricação não inferior a 2022/2023 e carga formado por carroceria única, composto por compartimento de carga separa do habitáculo dos ocupantes por um p - Serviço de locação de veículo para transporte de carga, tipo FURGÃO com isolamento térmico. Modelo de fabricação não inferior a 2022/2023 e carga formado por carroceria única, composto por compartimento de carga separa do habitáculo dos ocupantes por um painel divisório, sendo o acesso ao compartimento de carga feito por porta traseira, compartimento entre eixos mínimo de 2.726mm, combustível a óleo diesel ou elétrico, com 02 (duas) portas dianteiras, capacidade para 02 (dois) passageiros, sistema de injeção eletrônica, 04 (quatro) cilindros para o caso de motor movido a diesel, transmissão mecânica, com ar condicionado na cabine e baú com isolamento térmico, direção hidráulica, alarme, travas e vidros elétricos, airbag, isentos de vidros nas laterais do compartimento de carga, tanque de combustível, de no mínimo 55 (cinquenta e cinco) litros, isolamento térmico para transporte de produtos sensíveis e variação climática, revestimento do piso com cantos arredondados, com comprimento mínimo de 05 (cinco) metros

Data: 21/08/2025 08:30

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 18070772000165-1-000083/2025

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 21/08/2025 00:00

Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Quantidade: 12

Unidade: SV

UF: GO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
29.187.142/0001-91	RODRIGO PROCOPIO RIBEIRO 00931990157	R\$ 12.198,00
VENCEDOR		

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 12.399,99

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 07.356.999/0001-55

Órgão: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES / 927938 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores.

Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - LOCAÇÃO DE VEICULO - FURGÃO DIESEL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE FURGÃO DE GRANDE PORTE COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DESTINADO AO TRANSPORTE DE CARGAS SECAS, VOLUMES DIVERSOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS. O VEÍCULO DEVERÁ SER ANO M - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - LOCAÇÃO DE VEICULO - FURGÃO DIESEL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE FURGÃO DE GRANDE PORTE COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DESTINADO AO TRANSPORTE DE CARGAS SECAS, VOLUMES DIVERSOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS. O VEÍCULO DEVERÁ SER ANO MODELO MÍNIMO 2025, COM QUILOMETRAGEM INFERIOR A 20.000 KM, MOTORIZAÇÃO A DIESEL COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 CV, TRAÇÃO 4X2, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 1.200 KG E VOLUME INTERNO DE NO MÍNIMO 10 M³. O COMPARTIMENTO DE CARGA DEVERÁ SER FECHADO, COM ISOLAMENTO TÉRMICO PARCIAL, PISO RESISTENTE E ILUMINAÇÃO INTERNA. A CABINE DEVERÁ SER EQUIPADA COM AR-CONDICIONADO, BANCO PARA MOTORISTA E DOIS PASSAGEIROS, AIRBAG, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICOS, SENSOR DE RÉ, SISTEMA DE SOM COM RÁDIO E USB, PELÍCULA DE REDUÇÃO DE CALOR NOS VIDROS CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 960/2022. A COR PREFERENCIAL DEVERÁ SER BRANCA, PRATA OU CINZA.

Data: 16/07/2025 09:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 07356999000155-1-000085/2025

Lote/Item: 1/8

Ata: N/A

Homologação: 17/07/2025 00:00

Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Quantidade: 19

Unidade: MÊS

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.505.842/0001-51	IX EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 12.399,99
VENCEDOR		



Órgão: Governo do Estado do Paraná	Data: 04/11/2025 10:00
Objeto: Registro de Preços pelo período de um ano prorrogável por igual período para futura e eventual CON [...] licitacao-698Registro de Preços pelo período de um ano prorrogável por igual período para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EM ÂMBITO ESTADUAL COM QUILOMETRAGEM LIVRE	Modalidade: Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021)
	SRP: SIM
Descrição: 115.95758 Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Furgão, conforme categoria Comercial [...] lote-14-item-0115.95758 Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Furgão, conforme categoria Comercial do Programa Brasileiro de Etiquetagem - 115.95758 Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Furgão, conforme categoria Comercial [...] lote-14-item-0115.95758 Prestação de Serviços de Locação, TIPO: Veículo Van Furgão, conforme categoria Comercial do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 135 cv, torque mínimo de 30 kgfm, diesel ou híbrido a diesel, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, teto alto, ano de fabricação em vigor na data do pedido/contratação ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, CAPACIDADE: Carga volumétrica mínima de 12m³ ou 12000 litros, EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: Ar condicionado, transmissão manual, automática ou similar, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros dianteiros elétricos, comando elétrico dos retrovisores externos, vidros com película protetora conforme a legislação, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco dianteiro 1+2 (individual para o motorista), banco do motorista com regulagem de altura, parede divisória interna entre a cabine e o compartimento de carga, porta lateral direita deslizante, porta traseira com abertura mínima de 270°, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Identificação: 7312025-DECON - Departamento de Logística para Contratacoes Publicas (Antigo DEAM)-Governo do Estado do Parana
	Lote/Item: 14/1
	Ata: Link Ata
	Homologação: 14/11/2025 00:00
	Fonte: transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes?windowId=920
	Quantidade: 32
	Unidade: Unitário
	UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.595.780/0001-16	CS BRASIL FROTAS LTDA	R\$ 10.087,43
VENCEDOR		



CNPJ: 07.356.999/0001-55

Órgão: Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Descrição: FURGÃO DIESEL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE FURGÃO DE GRANDE PORTE COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DESTINADO AO TRANSPORTE DE CARGAS SECAS, VOLUMES DIVERSOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS. O VEÍCULO DEVERÁ SER ANO MODELO MÍNIMO 2025, COM QUILOMETRAGEM INFERI - FURGÃO DIESEL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE FURGÃO DE GRANDE PORTE COM QUILOMETRAGEM LIVRE, DESTINADO AO TRANSPORTE DE CARGAS SECAS, VOLUMES DIVERSOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS. O VEÍCULO DEVERÁ SER ANO MODELO MÍNIMO 2025, COM QUILOMETRAGEM INFERIOR A 20.000 KM, MOTORIZAÇÃO A DIESEL COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 CV, TRAÇÃO 4X2, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 1.200 KG E VOLUME INTERNO DE NO MÍNIMO 10 M³. O COMPARTIMENTO DE CARGA DEVERÁ SER FECHADO, COM ISOLAMENTO TÉRMICO PARCIAL, PISO RESISTENTE E ILUMINAÇÃO INTERNA. A CABINE DEVERÁ SER EQUIPADA COM AR-CONDICIONADO, BANCO PARA MOTORISTA E DOIS PASSAGEIROS, AIRBAG, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICOS, SENSOR DE RÉ, SISTEMA DE SOM COM RÁDIO E USB, PELÍCULA DE REDUÇÃO DE CALOR NOS VIDROS CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 960/2022. A COR PREFERENCIAL DEVERÁ SER BRANCA, PRATA OU CINZA. LOCAÇÃO MENSAL.

Data: 02/07/2025 08:32

Modalidade: Pregão para Registro de Preço

SRP: NÃO

Identificação: 396960

Lote/Item: 1/4

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br

Quantidade: 19

Unidade: MÊS

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.505.842/0001-51 *VENCEDOR*	IX EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 12.399,99
30.025.240/0001-01	LOCA TUDO LOCADORA EIRELI	R\$ 12.406,26



Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
Caminhonete	R\$ 12.735,04	R\$ 12.810,99	277,37	2,18	Média	R\$ 12.338,00	R\$ 12.735,04	R\$ 12.810,99
Mini-Van para 06 passageiros	R\$ 5.641,74	R\$ 5.690,00	696,70	12,35	Média	R\$ 4.700,00	R\$ 5.641,74	R\$ 5.690,00
Furgão para 15 passageiros ou mais	R\$ 12.292,50	R\$ 12.335,00	1888,97	15,37	Média	R\$ 10.000,00	R\$ 12.292,50	R\$ 12.335,00
Furgão para 10 passageiros	R\$ 10.786,47	R\$ 10.087,43	1287,24	11,93	Média	R\$ 10.000,00	R\$ 10.786,47	R\$ 10.087,43
Furgão de Carga	R\$ 10.866,79	R\$ 11.142,72	1776,24	16,35	Média	R\$ 8.024,75	R\$ 10.866,79	R\$ 11.142,72

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
Lote 1: Lote 01 - Caminhonete, Mini-Van											
1	Locação mensal de veículo modelo Caminhoente, Okm, sem motorista, sem limite de quilometragem, com seguro proteção total, incluso revisões preventivas e corretivas	un	5,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DE MARABÁ	Compras.gov.br	D T CONSULT. SERVIC E COM. LTDA	---	R\$ 12.838,67	R\$ 12.735,04	VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE JOAO LISBOA / 3 - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Portal Nacional de Contratações Públicas	C & F SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	Microempresa	R\$ 12.783,30		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Nazaré/BA	Compras.gov.br	VIEIRA SANTOS TRANSPORTE E CONSTRUCAO LTDA	Microempresa	R\$ 12.980,17		VÁLIDO	
				SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO RURAL DE JJOCA DE JERICOACOARA	Licita + Brasil	PROJETTA CONSTRUcoes E SERVICOS LTDA	---	R\$ 12.338,00		VÁLIDO	
2	Locação mensal de veículo modelo Mini-Van para 6 passageiros, Okm, sem motorista, sem limite de quilometragem, com seguro proteção total, incluso revisões preventivas e corretivas	un	5,00	MUNICIPIO DE JUNDIA / 04214217000155 - Prefeitura	Portal Nacional de Contratações Públicas	J ALCANTARA SILVA	Micro Empresa	R\$ 4.700,00	R\$ 5.641,74	VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 5 - FMS SANTA RITA DO ARAGUAIA	Portal Nacional de Contratações Públicas	LEMES TRANSPORTES, LOCACOES E SERVICOS LIMITADA UF endereço: GO	---	R\$ 5.690,00		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES/MG	Compras.gov.br	NOVA OPCAO LOCADORA DE VEICULOS LTDA	---	R\$ 5.877,50		VÁLIDO	
				FUNDACAO GUIMARAES DUQUE / 000000001 - FUNDACAO GUIMARAES DUQUE	Portal Nacional de Contratações Públicas	MASTER LOCACOES LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 5.500,00		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA	Compras.gov.br	CARVIP LOCADORA DE VEICULOS LTDA	---	R\$ 6.169,34		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG	Compras.gov.br	STAR LOCACAO DE SERVICOS GERAIS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 6.681,05		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PREF. MUN. DE UBERLANDIA - SEC MUN DE ADM	Compras.gov.br	X LOC LOCADORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	---	R\$ 4.874,28		VÁLIDO	
Lote 2: Lote 02 - Furgão/Van											
1	Furgão para 15 passageiros ou mais, Okm, com km livre, sem motorista	un	2,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES/MG	Compras.gov.br	RENOVA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	---	R\$ 12.870,00	R\$ 12.292,50	VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE PESQUEIRA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA	Portal Nacional de Contratações Públicas	DG AUTOMOTIVA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 11.800,00		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA	Compras.gov.br	JOAO F XAVIER JUNIOR	---	R\$ 10.000,00		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUIPE	Compras.gov.br	VIEIRA SANTOS TRANSPORTE E CONSTRUCAO LTDA	Microempresa	R\$ 14.500,00		VÁLIDO	
2	Locação mensal de veículo modelo Furgão/Van para 10 passageiros, 0 km, sem motorista, km livre	un	2,00	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA - SEAP / 32 - DECON - Departamento de Logística para Contratações Públicas (Antigo DEAM)	Portal Nacional de Contratações Públicas	CS BRASIL FROTAS LTDA	Grupo IV – Empresa de Médio Porte	R\$ 10.087,43	R\$ 10.786,47	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA	Compras.gov.br	JOAO F XAVIER JUNIOR	---	R\$ 10.000,00		VÁLIDO	
				Governo do Estado do Paraná	Portal da Transparência Paraná - Governo do Estado do Paraná	CS BRASIL FROTAS LTDA	Grupo IV – Empresa de Médio Porte	R\$ 12.271,99		VÁLIDO	
3	Locação mensal de veículo modelo Furgão de carga, 0km, sem motorista, km livre	un	3,00	MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE / 280 - Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde - MT	Portal Nacional de Contratações Públicas	LGS LOCADORA DE VEICULOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte	R\$ 8.024,75	R\$ 10.866,79	VÁLIDO	
				SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA - SEAP / 32 - DECON - Departamento de	Portal Nacional de Contratações Públicas	CS BRASIL FROTAS LTDA	Grupo IV – Empresa de Médio Porte	R\$ 10.087,43		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				Logística para Contratações Públicas (Antigo DEAM)							
				FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME / 14 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	Portal Nacional de Contratações Públicas	RODRIGO PROCOPIO RIBEIRO 00931990157	---	R\$ 12.198,00		VÁLIDO	
				CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES / 927938 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES	Portal Nacional de Contratações Públicas	IX EMPREENDIMENTOS LTDA	Microempresa	R\$ 12.399,99		VÁLIDO	
				Governo do Estado do Paraná	Portal da Transparência Paraná - Governo do Estado do Paraná	CS BRASIL FROTAS LTDA	Grupo IV – Empresa de Médio Porte	R\$ 10.087,43		VÁLIDO	
				Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP	Portal de Compras Publicas	IX EMPREENDIMENTOS LTDA	Microempresa	R\$ 12.403,13		VÁLIDO	





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br www.gov.br/compras/pt-br	Data: 05/12/2025 13:07:37 Acessar a fonte aqui
2 - Licita + Brasil licitamaisbrasil.com.br/editais	Data: 05/12/2025 13:10:04 Acessar a fonte aqui
3 - Portal da Transparência Paraná - Governo do Estado do Paraná transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes?windowId=920	Data: 23/01/2026 10:23:31 Acessar a fonte aqui
4 - Portal de Compras Publicas www.portaldecompraspublicas.com.br	Data: 19/01/2026 12:45:52 Acessar a fonte aqui
5 - Portal Nacional de Contratações Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br	Data: 05/12/2025 13:10:05 Acessar a fonte aqui



Anexo 1

MEMORIAL DE CÁLCULO

Item 1 - Caminhonete:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	08.596.699/0001-06	R\$ 12.152,00	R\$ 12.152,00
2	50.904.313/0001-42	R\$ 12.214,00	R\$ 12.214,00
3	43.984.357/0001-64	R\$ 12.400,00	R\$ 12.000,00
4	27.499.707/0001-40	R\$ 12.400,00	R\$ 12.400,00
5	33.019.842/0001-44	R\$ 12.400,00	R\$ 12.400,00
6	55.465.726/0001-91	R\$ 12.400,00	R\$ 12.400,00
7	32.125.666/0001-62	R\$ 12.400,00	R\$ 12.400,00

1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 12152.00, 12214.00, 12400.00, 12400.00, 12400.00, 12400.00, 12400.00
2. Soma das propostas selecionadas: 12152.00 + 12214.00 + 12400.00 + 12400.00 + 12400.00 + 12400.00 + 12400.00 = 86366.00
3. Divisão pela quantidade selecionada: 86366.00 / 7 = 12338.00
4. Valor Calculado: R\$ 12.338,00

Preço (Compras Governamentais) 2: Média das Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	19.803.326/0001-85	R\$ 9.880,00	R\$ 8.895,00
2	31.345.121/0001-07	R\$ 11.500,00	R\$ 11.500,00
3	41.274.505/0001-21	R\$ 12.133,71	R\$ 12.133,71
4	09.499.908/0001-66	R\$ 12.530,34	R\$ 12.530,34
5	23.530.774/0001-20	R\$ 13.000,00	R\$ 8.484,00
6	02.871.848/0001-11	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00
7	07.446.298/0001-07	R\$ 13.040,00	R\$ 13.040,00
8	13.855.875/0001-17	R\$ 13.040,00	R\$ 13.040,00
9	01.667.733/0001-47	R\$ 13.044,00	R\$ 13.044,00
10	43.347.714/0001-83	R\$ 13.047,00	R\$ 8.289,90
11	22.941.560/0001-83	R\$ 13.047,00	R\$ 8.290,00
12	12.351.550/0001-34	R\$ 13.047,00	R\$ 9.132,90
13	03.659.854/0001-72	R\$ 13.047,00	R\$ 9.229,00
14	47.790.177/0001-00	R\$ 13.047,00	R\$ 10.000,00
15	10.420.658/0001-06	R\$ 13.047,00	R\$ 10.000,00
16	11.726.586/0001-92	R\$ 13.047,00	R\$ 10.437,60
17	54.556.465/0001-52	R\$ 13.047,00	R\$ 10.437,60
18	11.222.077/0001-22	R\$ 13.047,00	R\$ 10.999,00
19	18.224.783/0001-52	R\$ 13.047,00	R\$ 11.000,00
20	16.836.669/0001-58	R\$ 13.047,00	R\$ 11.000,00
21	12.538.985/0001-92	R\$ 13.047,00	R\$ 11.200,00
22	09.465.044/0001-61	R\$ 13.047,00	R\$ 12.000,00
23	01.241.313/0001-02	R\$ 13.047,00	R\$ 12.900,00
24	20.548.634/0001-90	R\$ 13.047,00	R\$ 13.047,00
25	19.104.617/0001-85	R\$ 13.047,00	R\$ 13.047,00
26	13.070.801/0001-75	R\$ 13.047,00	R\$ 13.047,00
27	38.143.838/0001-07	R\$ 13.047,00	R\$ 13.047,00
28	07.848.730/0001-96	R\$ 13.047,00	R\$ 13.047,00
29	54.805.591/0001-01	R\$ 13.047,00	R\$ 13.047,00
30	52.890.176/0001-60	R\$ 13.052,00	R\$ 13.000,00

1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 9880.00, 11500.00, 12133.71, 12530.34, 13000.00, 13000.00, 13040.00, 13040.00, 13044.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13047.00, 13052.00

2. Soma das propostas selecionadas: 9880.00 + 11500.00 + 12133.71 + 12530.34 + 13000.00 + 13000.00 + 13040.00 + 13040.00 + 13044.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 + 13047.00 = 385160.05

3. Divisão pela quantidade selecionada: 385160.05 / 30 = 12838.67

4. Valor Calculado: R\$ 12.838,67

- 1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 5690.00
- 2. Soma das propostas selecionadas: 5690.00 = 5690.00
- 3. Divisão pela quantidade selecionada: 5690.00 / 1 = 5690.00
- 4. Valor Calculado: R\$ 5.690,00

Preço (Compras Governamentais) 3: Média das Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	30.083.123/0001-02	R\$ 5.614,00	R\$ 5.000,00
2	30.025.240/0001-01	R\$ 5.614,00	R\$ 5.490,00
3	31.525.989/0001-80	R\$ 5.614,00	R\$ 5.614,00
4	41.504.916/0001-66	R\$ 5.614,00	R\$ 5.614,00
5	35.910.893/0001-97	R\$ 5.614,00	R\$ 5.614,00
6	05.411.610/0001-00	R\$ 5.700,00	R\$ 5.100,00
7	14.164.110/0001-01	R\$ 6.250,00	R\$ 5.650,00
8	70.998.562/0001-51	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00

- 1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 5614.00, 5614.00, 5614.00, 5614.00, 5614.00, 5700.00, 6250.00, 7000.00
- 2. Soma das propostas selecionadas: 5614.00 + 5614.00 + 5614.00 + 5614.00 + 5614.00 + 5700.00 + 6250.00 + 7000.00 = 47020.00
- 3. Divisão pela quantidade selecionada: 47020.00 / 8 = 5877.50
- 4. Valor Calculado: R\$ 5.877,50

Preço (Compras Governamentais) 4: Média das Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	07.656.489/0001-01	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00

- 1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 5500.00
- 2. Soma das propostas selecionadas: 5500.00 = 5500.00
- 3. Divisão pela quantidade selecionada: 5500.00 / 1 = 5500.00
- 4. Valor Calculado: R\$ 5.500,00

Preço (Compras Governamentais) 5: Média das Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	46.952.887/0001-19	R\$ 4.837,00	R\$ 4.479,00
2	70.998.562/0001-51	R\$ 4.837,09	R\$ 4.837,09
3	00.140.738/0001-54	R\$ 4.837,09	R\$ 4.837,09
4	30.025.240/0001-01	R\$ 4.837,09	R\$ 4.837,09
5	38.651.247/0001-40	R\$ 4.837,09	R\$ 4.837,09
6	41.710.060/0001-85	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
7	10.596.241/0001-07	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

- 1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 4837.00, 4837.09, 4837.09, 4837.09, 4837.09, 9000.00, 10000.00
- 2. Soma das propostas selecionadas: 4837.00 + 4837.09 + 4837.09 + 4837.09 + 4837.09 + 9000.00 + 10000.00 = 43185.36
- 3. Divisão pela quantidade selecionada: 43185.36 / 7 = 6169.34
- 4. Valor Calculado: R\$ 6.169,34

Preço (Compras Governamentais) 6: Média das Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	03.350.577/0001-11	R\$ 6.500,00	R\$ 5.900,00
2	37.131.539/0001-90	R\$ 6.676,00	R\$ 5.000,00
3	46.952.887/0001-19	R\$ 6.676,00	R\$ 5.700,00
4	39.316.666/0001-99	R\$ 6.676,00	R\$ 5.900,00
5	30.025.240/0001-01	R\$ 6.676,00	R\$ 6.676,00
6	15.655.026/0001-45	R\$ 6.882,29	R\$ 6.882,29

- 1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 6500.00, 6676.00, 6676.00, 6676.00, 6676.00, 6882.29
- 2. Soma das propostas selecionadas: 6500.00 + 6676.00 + 6676.00 + 6676.00 + 6676.00 + 6882.29 = 40086.29
- 3. Divisão pela quantidade selecionada: 40086.29 / 6 = 6681.05
- 4. Valor Calculado: R\$ 6.681,05

Preço (Compras Governamentais) 7: Média das Propostas Iniciais

CNPJ		Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	49.524.942/0001-68	R\$ 3.873,33	R\$ 3.700,00
2	26.825.176/0001-76	R\$ 3.873,33	R\$ 3.873,33
3	42.384.299/0001-75	R\$ 4.500,00	R\$ 3.781,00
4	57.507.722/0001-54	R\$ 4.873,33	R\$ 4.873,33
5	70.998.562/0001-51	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
6	31.066.359/0001-95	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
7	12.305.622/0001-07	R\$ 7.000,00	R\$ 5.100,00
1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 3873.33, 3873.33, 4500.00, 4873.33, 5000.00, 5000.00, 7000.00			
2. Soma das propostas selecionadas: 3873.33 + 3873.33 + 4500.00 + 4873.33 + 5000.00 + 5000.00 + 7000.00 = 34119.99			
3. Divisão pela quantidade selecionada: 34119.99 / 7 = 4874.28			
4. Valor Calculado: R\$ 4.874,28			

Item 3 - Furgão para 15 passageiros ou mais:

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

CNPJ		Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	57.228.032/0001-66	R\$ 15.000,00	R\$ 9.950,00
2	35.910.893/0001-97	R\$ 15.034,32	R\$ 10.500,98
3	14.164.110/0001-01	R\$ 16.550,00	R\$ 11.740,00
4	31.525.989/0001-80	R\$ 15.034,32	R\$ 11.750,00
5	30.025.240/0001-01	R\$ 15.034,32	R\$ 13.990,00
6	05.411.610/0001-00	R\$ 16.000,00	R\$ 14.000,00
7	30.083.123/0001-02	R\$ 15.034,00	R\$ 14.590,00
8	70.998.562/0001-51	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 11750.00, 13990.00			
2. Soma das propostas selecionadas: 11750.00 + 13990.00 = 25740.00			
3. Divisão pela quantidade selecionada: 25740.00 / 2 = 12870.00			
4. Valor Calculado: R\$ 12.870,00			

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

CNPJ		Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	33.146.442/0001-08	R\$ 11.800,00	R\$ 11.800,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 11800.00			
2. Valor Calculado: R\$ 11.800,00			

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais

CNPJ		Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	30.438.027/0002-02	R\$ 10.000,00	R\$ 8.500,00
2	25.404.523/0001-24	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
3	02.492.735/0001-05	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
4	41.430.326/0001-36	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
5	75.451.609/0001-86	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 10000.00			
2. Valor Calculado: R\$ 10.000,00			

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	12.566.446/0001-67	R\$ 15.264,12	R\$ 10.400,00
2	26.434.566/0001-15	R\$ 15.264,12	R\$ 10.450,00
3	28.258.054/0001-70	R\$ 15.264,12	R\$ 11.200,00
4	20.364.007/0001-08	R\$ 15.264,12	R\$ 13.000,00
5	12.068.945/0001-24	R\$ 15.264,12	R\$ 13.100,00
6	22.229.097/0001-41	R\$ 15.264,12	R\$ 14.000,00
7	30.598.377/0001-55	R\$ 15.200,00	R\$ 14.000,00
8	17.338.655/0001-77	R\$ 15.264,12	R\$ 14.500,00
9	08.443.951/0001-47	R\$ 15.204,12	R\$ 15.204,12
10	96.770.664/0001-09	R\$ 15.260,00	R\$ 15.260,00
11	13.416.148/0001-53	R\$ 15.264,12	R\$ 15.264,12
12	12.895.584/0001-90	R\$ 15.264,12	R\$ 15.264,12
13	26.461.537/0001-42	R\$ 15.264,12	R\$ 15.264,12
14	12.069.133/0001-01	R\$ 15.264,12	R\$ 15.264,12
15	15.655.026/0001-45	R\$ 15.502,24	R\$ 15.502,24

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 14500.00
2. Valor Calculado: R\$ 14.500,00

Item 4 - Furgão para 10 passageiros:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	27.595.780/0001-16	R\$ 12.271,99	R\$ 12.271,99

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 12271.99
2. Valor Calculado: R\$ 12.271,99

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	27.595.780/0001-16	R\$ 10.087,43	R\$ 10.087,43

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 10087.43
2. Valor Calculado: R\$ 10.087,43

Preço (Compras Governamentais) 3: Média das Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	30.438.027/0002-02	R\$ 10.000,00	R\$ 8.500,00
2	25.404.523/0001-24	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
3	02.492.735/0001-05	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
4	41.430.326/0001-36	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
5	75.451.609/0001-86	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

1. Seleção dos valores iniciais do conjunto: 10000.00, 10000.00, 10000.00, 10000.00, 10000.00
2. Soma das propostas selecionadas: 10000.00 + 10000.00 + 10000.00 + 10000.00 + 10000.00 = 50000.00
3. Divisão pela quantidade selecionada: 50000.00 / 5 = 10000.00
4. Valor Calculado: R\$ 10.000,00

Item 5 - Furgão de Carga:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	27.595.780/0001-16	R\$ 10.087,43	R\$ 10.087,43

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 10087.43
2. Valor Calculado: R\$ 10.087,43

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 22.509.943/0001-87	R\$ 8.024,75	R\$ 8.024,75
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 8024.75		
2. Valor Calculado: R\$ 8.024,75		

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 27.595.780/0001-16	R\$ 10.087,43	R\$ 10.087,43
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 10087.43		
2. Valor Calculado: R\$ 10.087,43		

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 29.187.142/0001-91	R\$ 12.198,00	R\$ 12.198,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 12198.00		
2. Valor Calculado: R\$ 12.198,00		

Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 27.505.842/0001-51	R\$ 12.399,99	R\$ 12.399,99
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 12399.99		
2. Valor Calculado: R\$ 12.399,99		

Preço (Outros Entes Públicos) 6: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 27.505.842/0001-51	R\$ 12.406,27	R\$ 12.399,99
2 30.025.240/0001-01	R\$ 12.406,27	R\$ 12.406,26
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 12399.99, 12406.26		
2. Soma das propostas selecionadas: 12399.99 + 12406.26 = 24806.25		
3. Divisão pela quantidade selecionada: 24806.25 / 2 = 12403.13		
4. Valor Calculado: R\$ 12.403,13		